

FACULDADES EST

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

MAGNUS CARLO DE OLIVEIRA COSTA

A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E APOIO À VIDA (FPE):

DESAFIOS PARA A TEOLOGIA PÚBLICA

São Leopoldo

2015

MAGNUS CARLO DE OLIVEIRA COSTA

A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E APOIO À VIDA (FPE):
DESAFIOS PARA A TEOLOGIA PÚBLICA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia da
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientador: Rudolf von Sinner

São Leopoldo

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C837f Costa, Magnus Carlo de Oliveira
A Frente Parlamentar Evangélica e Apoio à Vida (FPE) :
desafios para a teologia pública / Magnus Carlo de Oliveira
Costa ; orientadora Rudolf von Sinner. – São Leopoldo :
EST/PPG, 2015.
86 p. : il. ; 31 cm

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de
Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2015.

1. Frente Parlamentar Evangélica. 2. Pentecostais –
Brasil – Atividades políticas. 3. Igrejas pentecostais – Brasil –
Atividades políticas. 4. Igreja e estado – Brasil. 5. Teologia
pública – Brasil. I. Sinner, Rudolf Eduard von, 1967- . II.
Titulo.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

MAGNUS CARLO DE OLIVEIRA COSTA

A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E APOIO À VIDA (FPE):
DESAFIOS PARA A TEOLOGIA PÚBLICA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia da
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Data:

Rudolf von Sinner – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Oneide Bobsin – Doutor em Teologia – Faculdades EST

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo:

a Deus;

a minha esposa Karen Martins;

a minha princesinha Hadassa;

aos meus pais, Omar Silva da Costa e Márcia Helena;

a minha irmã Kellen Cristine e meu irmão Issacar Costa.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

a Deus, pela sua infinita graça e bondade, por acreditar nos meus sonhos. Por ter sido minha força e capacidade nos momentos difíceis. Por tudo o que tem feito por mim, em mim e através de mim;

a minha esposa Karen Martins, por ser esta mulher sábia e virtuosa grande mãe e acreditar no meu sucesso;

a minha princesinha Hadassa por dar-me um motivo por quem viver;

e a meus pais Márcia Helena e Omar Costa, bem como a minha irmã e irmão, por todo amor, apoio, compreensão e investimento. Sinto-me ainda mais agraciado por Deus em tê-los em minha vida.

*A pessoa é cidadã não por característica ou ou
méritos específicos, mas por ser um ser humano
que tem sua dignidade intrínseca atribuída.
Ninguém pode roubá-la dele.
(Rudolf von Sinner)*

RESUMO

O presente trabalho se localiza no diálogo entre a atuação da Frente Parlamentar Evangélica e Apoio à vida (FPE) e a Teologia Pública em temas relacionados à participação social, dentro do escopo maior da relação entre religião e sociedade, como um jeito próprio de aproximação das igrejas de viés conversionistas aos temas da política nacional. O trabalho é organizado em três capítulos, sendo o primeiro relativo a considerações sobre a FPE e sua história e atuação, enquanto o segundo traz características e impressões a respeito das novas configurações do mundo evangélico e do debate político pela internet. Por fim, no terceiro capítulo encontram-se algumas considerações sobre a atuação da FPE a partir da Teologia Pública como uma ferramenta reflexiva e crítica dos pressupostos erigidos como princípios defendidos pelos parlamentares evangélicos reunidos na FPE.

Palavras-chave: Frente Parlamentar Evangélica e Apoio à vida (FPE). Teologia Pública. Sociedade. Religião.

ABSTRACT

This paper focuses on the dialog between the work of the Frente Parlamentar Evangélica [Evangelical Parliamentary Front], Apoio à vida (FPE) [Support of Life] and Public Theology on themes related to social participation, within the broader scope of the relation between religion and society, as a specific way of approximating the churches of conversion leanings to the national political themes. The work is organized in three chapters, being the first about considerations of the FPE and it history and work, while the second brings characteristics and impressions with regard to the new configurations of the Evangelical world and the political debate on internet. Finally, in the third chapter, there are some considerations about the work of the FPE using Public Theology as a tool for reflective and critical considerations of the presuppositions lifted up as principles defended by the Evangelical parliamentarians gathered in the FPE.

Keywords: Frente Parlamentar Evangélica [Evangelical Parliamentary Front] and Apoio à vida (FPE) [Support of Life]. Public Theology. Society. Religion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E APOIO À VIDA: DA REJEIÇÃO DO MUNDO À PARTICIPAÇÃO	13
1.1 Os evangélicos e a política no Brasil	13
1.2 Os evangélicos e a aproximação político-partidária: a Frente Parlamentar Evangélica e Apoio à Vida, ou Bancada Evangélica	21
1.3 A Atuação da Frente Parlamentar e Apoio à Vida	28
2 RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL: NOVAS CONFIGURAÇÕES	33
2.1 O Contexto Religioso Brasileiro	34
2.2 As tendências neopentecostais	35
2.3 Os grupos religiosos e a política	37
2.4 Os grupos religiosos conservadores e o uso da internet	39
2.5 Demandas encabeçadas pela Frente Parlamentar Evangélica	46
3 TEOLOGIA PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES À FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E APOIO À VIDA	49
3.1 Teologia Pública	49
3.2 A Política Brasileira	51
3.3 Teologia Pública na Praça Pública	63
3.4 Teologia Pública e a Frente Parlamentar Evangélica e Apoio à Vida	65
CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil vem experimentando grandes transformações em seu sistema político, novos atores surgem a cada dia, além de novas formas de pressão como foram os protestos de 2013, quando o povo saiu em massa para pedir melhores serviços públicos, e aqueles dos primeiros meses de 2015, quando milhares de pessoas saíram às ruas para protestar contra as medidas de austeridade fiscal do governo. Depois de um período de 20 anos de ditadura civil-militar e o surgimento da democracia, bem como da garantia dos direitos civis, o Estado Democrático precisou e precisa ser continuamente construído e negociado. Como resultado do ativismo político de grupos sociais diversificados que eram anteriormente cerceados pelo governo autoritário, a nova Constituição, construída a partir de negociações pela Assembleia Constituinte a partir de 1986, permitiu novamente os direitos sociais e políticos negados pelos militares. Novas forças políticas divergentes começaram a fazer valer seus direitos e passaram a ocupar os novos espaços políticos, lutando assim cada um pelos seus interesses específicos e se organizando no campo político-partidário. Entre estes estavam os evangélicos conversionistas. Fizeram parte da Assembleia Constituinte desde sua significação como grupo social organizado.

A Frente Parlamentar Evangélica e Apoio à vida (FPE) constitui hoje uma forma de atuação de parte do mundo evangélico, sendo a defesa de um modelo determinado de família o eixo de ação dos parlamentares que a compõem. Não há unanimidade quanto ao que se faz e ao que se propõe na Câmara dos Deputados Federais, em Brasília, porém, a motivação e também as plataformas de campanhas eleitorais seguem discursos que parecem comungar das mesmas pautas, consideradas por muitos como conservadoras. Como se verá, a seguir, está longe de serem todos os parlamentares evangélicos vinculados pelas mesmas bandeiras e partidos, sendo esparsa e diversa a representação político-partidária. Existem dificuldades que se apresentam à atuação dos parlamentares como a forma de administração descentralizada e o tipo de governo presidencialista de coalizão, bem como a falta, na maior parte das vezes, de maiores níveis de comprometimento partidário dos políticos eleitos.

É muito comum a grande mídia considerar exaustivamente determinados aspectos da FPE em seus aspectos considerados polêmicos e retesados sob a ideia da guetização da política, sendo os evangélicos tachados de conservadores e retrógrados com respeito às políticas de direitos humanos. Ainda que existam dimensões contraditórias no discurso e prática da FPE, é notória a ampliação da participação dos setores religiosos relacionados ao mundo evangélico conversionista, o isolacionismo mutuou-se em participação ativa. Desde a

Assembleia Constituinte de 1987/1988, a participação evangélica não parou de fazer sentir sua presença no Congresso Nacional, com progressos e recuos táticos devidos a escândalos. Em 2003, foi organizada a FPE que desde então, atua a partir de temas derivados das bases eleitorais. Sua organização não se restringe à Câmara de Deputados, mas por meio da articulação estratégica nos estados e municípios trabalham para eleger vereadores, deputados estaduais, federais, senadores e, eventualmente, prefeitos e governadores, e, em certa medida, até mesmo conquistar o cargo máximo do executivo federal. Sua atuação é bem pontuada por intervenções de lideranças religiosas conhecidas, os quais ajudam a indicar candidatos e se envolvem, muitas vezes, nos processos de campanha eleitoral, levantam o debate a respeito da laicidade do Estado, sobre a participação da religião na esfera pública. A força de um grupo social capaz de eleger toda uma Frente Parlamentar demonstra sua capilaridade social cuja atuação não pode ser mais ignorada das análises políticas do país.

O presente trabalho está elaborado em três capítulos. No primeiro, busca-se apresentar brevemente o desenho do campo religioso evangélico conversionista nacional, seu crescimento e suas características sociais, segundo os dois últimos censos demográficos, respectivamente 2000 e 2010. Considera-se a formação da FPE e como ela está constituída para o período de 2015-2019. No segundo capítulo, delineiam-se as novas configurações do pentecostalismo e das novas tendências que derivam do neopentecostalismo, além do uso da internet nos pleitos eleitorais de 2010 e 2014. No terceiro capítulo são traçados os desenhos da administração pública brasileira e é elaborada uma consideração teórica sobre a Teologia Pública e elencadas propostas para a FPE a partir das problematizações reflexivas da teologia.

1 FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E APOIO À VIDA: DA REJEIÇÃO DO MUNDO À PARTICIPAÇÃO

O crescimento dos grupos pentecostais nos últimos cem anos no solo brasileiro é um fenômeno inédito. As últimas estatísticas vêm demonstrando seu crescimento cada vez mais articulado no seio da sociedade brasileira. O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano 2000 já demonstrava a partir dos dados levantados, a expansão alcançada por este seguimento religioso nas últimas décadas do século XX.¹ O crescimento do número de fiéis, a inserção na política partidária, com temas polêmicos, e a presença agressiva nos meios de comunicação de massa chamaram a atenção dos pesquisadores, da grande mídia e, como resultado direto dos meios de comunicação, toda a sociedade vem percebendo as novas formas de religiosidade e espiritualidade marcadas por este viés de religião da positividade do pensamento.

Neste capítulo, será feita uma análise do surgimento da assim chamada bancada evangélica e seus efeitos diretos sob a nova forma de participação num dos espaços recentes de discussão pública dos temas de interesse, a saber, o espaço virtual das redes sociais. O capítulo está estruturado da seguinte maneira: a ascensão histórica dos protestantes de viés pentecostal na sociedade brasileira, a formação da bancada evangélica e seus dilemas, e, num último momento, a articulação política por meio das redes sociais.

1.1 Os evangélicos e a política no Brasil

O campo religioso no Brasil sofreu incríveis mudanças nas últimas décadas. Presenciou-se a consolidação de uma maior liberdade religiosa e acesso a áreas inéditas, como as mídias de alcance televisivo, e bem como a pluralização do campo religioso, certo retraimento do alcance do poder religioso da Igreja Católica e os processos de redemocratização do Brasil, no intervalo de meados das décadas de 1980 e 1990, contribuíram grandemente para promover transformações nas relações dos grupos religiosos entre si e também com políticas partidárias e o Estado Brasileiro. O rápido crescimento numérico dos evangélicos promove algo muito importante para entender parte das mudanças ocorridas recentemente nos campos religioso e político do país.

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2002*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>>. Acesso em: 22 maio 2015.

Em 1940, os grupos protestantes, de acordo com o IBGE, somavam apenas 2,6% da população brasileira. Em 1950, avançaram para 3,4%, e em 1960, 4%; em 1970, 5,2%; em 1980, 6,6%; em 1991, 9%; e 15,4% no ano de 2000, ano em que chegaram a 26.184.941 de adeptos.² Essa expansão protestante, que já era grande nas décadas anteriores, foi acelerada na última década do século XX. Entre 1991 e 2000, tanto os pentecostais e neopentecostais quanto os grupos conversionistas³ do protestantismo histórico tiveram um crescimento anual de 8,9% e 5,2%, respectivamente. Neste período, os pentecostais e neopentecostais saíram de 8.768.929 para 17.617.307 adeptos, ou de 5,6% para 10,4% da população, ao passo que os conversionistas do protestantismo histórico passaram de 4.388.310 para 6.939.765, de 3% para 4,1%. Em 2010, o percentual total de protestantes no país chegou a 22,2% da população.⁴ O Brasil tem uma população de 42.275.440 de evangélicos, dois terços destes se identificam como pentecostais e neopentecostais, o que consolida cada vez mais as linhas do pentecostalismo e do neopentecostalismo como o segundo maior grupo religioso do país, atrás apenas da Igreja Católica com 64,6% da população.⁵

Pentecostais/neopentecostais e protestantes conversionistas demonstram crescimento em esferas socioeconômicas contrastantes: em relação aos primeiros, aparecem renda e escolaridade bem inferiores à média da população, enquanto aos últimos, aparece distribuição em faixas de renda e níveis escolares nos lugares mais elevados da estratificação social.⁶ Ainda que sua atuação não se restrinja à composição social dos estratos mais empobrecidos, pentecostais e neopentecostais continuam crescendo majoritariamente na base da pirâmide social. As igrejas nesta base social são as que têm a maior proporção de fiéis com renda per capita inferior a um salário mínimo, seguidos dos católicos, 59,2% de seus fiéis foram identificados com renda inferior a esse patamar.⁷ Os dados do IBGE indicam ainda diferenças em relação às áreas rurais e urbanas do país. Nas zonas rurais predomina o catolicismo com

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2002.

³ Conversionistas são considerados aqueles grupos que defendem a aceitação da fé por meio da decisão pessoal, marcada ou não pelo batismo na fé adulta. Há grupos do protestantismo histórico que se alinham a esta perspectiva como presbiterianos, metodistas, batistas, adventistas. MENDONÇA, Antônio Gouvêa; FILHO, Prócoro Velasques. *Introdução ao Protestantismo*. São Paulo: Loyola, 1990. p. 214.

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>>. Acesso em: 22 maio 2015.

⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2010.

⁶ NERI, Marcelo Cortês. *Novo Mapa das Religiões*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 23-31.

⁷ Vale notar, por outro lado, que o grupo dos espíritas é o que concentra menor proporção de pessoas que ganham menos de um salário mínimo, apenas 24,5% do total. Esse também é o grupo religioso que tem, proporcionalmente, o maior número de fiéis com renda elevada, acima de dez salários mínimos per capita (6,5%).

77,9%, enquanto protestantes pentecostais e neopentecostais têm 10,1%. Nas zonas urbanas esses percentuais são de 62,2% e 13,9%, respectivamente. Na média do país, 64,6% se declararam católicos e 12,2%, evangélicos pentecostais e neopentecostais.⁸

Pode-se dizer que sua ênfase discursiva de adesão para as massas empobrecidas continua, em parte, centrada no seu incansável esforço e empenho para atraí-las, persuadi-las e recrutá-las por meio da oferta sistemática de serviços mágico-religiosos com forte chamada popular, elaborando esquemas cúlticos vazados de grande valor emocional, além da propaganda pessoal e eletrônica, expressa dia e noite por meio de testemunhos de pessoas bem-sucedidas e de exemplos de conversão seguidas de muitas bênçãos. A ênfase pastoral e teológica destes cultos recai fundamentalmente na cura de enfermos, na libertação dos espíritos demoníacos, tomados como responsáveis diretos pelos infortúnios que atingem as pessoas no seu cotidiano, e na promessa de bênçãos materiais e de milagres para aqueles que aceitam os desafios de fé. A ênfase em apenas alguns dos elementos do cristianismo primitivo no intuito de resgatar práticas que seriam, supostamente, mais corretas demonstrou ser uma receita evangelística de êxito. Isso, todavia dada sua boa inserção nas demandas mágico-religiosas e nos interesses materiais e ideais de parte significativa dos estratos empobrecidos do Brasil e da América Latina.

As igrejas pentecostais e neopentecostais não crescem pelo simples fato de serem repositórios passivos de indivíduos empobrecidos, desajustados, em estado de “anomia”, a despeito do discurso que essa imagem foi, por um sem-número de reportagens e até por velhas teorias sociológicas, disseminada, esses grupos crescem rápido pelo fato simples de que trabalham incansavelmente sabendo explorar, em seu benefício institucional, os contextos social, econômico, político, cultural e religioso nos quais estão inseridos. Crescem porque aproveitam muito bem, e eficientemente, as oportunidades que aparecem com a ampliação das liberdades de culto e do pluralismo religioso, aproveitam a rápida difusão dos meios de comunicação de massa, da urbanização e da destradicionalização cultural e da desterritorialização simbólica.⁹ Seu crescimento é acelerado porque, ao lado do ativismo militante de parte considerável dos fiéis, sobretudo do sexo feminino, esforçam-se em

⁸ MARIANO, Ricardo. Em marcha, a transformação da demografia religiosa do país. *Folha de São Paulo*. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/51846-em-marcha-a-transformacao-da-demografia-religiosa-do-pais.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

⁹ BOBSIN, Oneide. O subterrâneo religioso da vida eclesial. Intuições a partir das ciências da religião. *Estudos Teológicos*, s, v. 37, n. 3, p. 261-280, 1997. Disponível em: <http://ism.edu.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/801/732>. Acesso em: 27 abr. 2015.

oferecer respostas eficazes (mágico-religiosas) para problemas concretos encontrados no dia a dia. Às vezes em deliberada e intencionada vinculação de continuidade com os elementos da religiosidade popular, sendo o objetivo programático a ajuda religiosa a problemas decorrentes de demandas de ordem da psicologia social, demandada da situação econômica e cultural, do aumento exponencial da violência, da criminalidade e da insegurança, etc.

O crescimento institucional dos grupos religiosos do pentecostalismo e neopentecostalismo, bem como dos grupos conversionistas do protestantismo brasileiro, é muito desigual: três igrejas concentram a maior parte das adesões, são elas, a Assembleia de Deus, a Congregação Cristã no Brasil e a Universal do Reino de Deus, cuja concentração de fiéis chegava em 2000 a 74% dos pentecostais e neopentecostais, ou 13 milhões de pessoas.¹⁰ Em 2010, algumas denominações tiveram decréscimo no número de fiéis confessos como a Igreja Universal do Reino de Deus (200 mil) e Congregação Cristã (228 mil), mas outras continuaram a crescer vertiginosamente como é o caso da Assembleia de Deus. De qualquer forma, já pode ser inferida a causa do êxito eleitoral de denominações como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal, isto é, resultado, em grande medida, de seu peso demográfico. Segundo o censo, entre aqueles que se declararam pentecostais e neopentecostais em 2010 (Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Nova Vida, entre outras) constituem 60% ou 10,4% da população, enquanto grupos de imigração (luteranos, anglicanos, reformados) e conversionistas constituem 18,5% ou 4,1% dos brasileiros.¹¹

A expansão pentecostal/neopentecostal e dos grupos conversionistas continua avançando, igualmente, nas áreas assistencial, editorial, educacional, midiática e, principalmente, na área político-partidária. Nas eleições presidenciais de 2010 e 2014 as pautas foram fortemente influenciadas por demandas convergentes aos grupos religiosos de várias tendências, fossem protestantes ou católicas. A presença de parlamentares evangélicos no Congresso Nacional acaba por possibilitar maior presença destas demandas.

A presença de protestantes na política nos anos de 1960 é muito diminuta. Com exceção de breves incursões eleitorais da igreja O Brasil Para Cristo, os pentecostais saíram da vida pública e só voltaram a aparecer ao final do período de exceção em meados dos anos

¹⁰ Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos, aponta IBGE. *GI*. 29 de junho de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/numero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

¹¹ CASTRO, Juliana; DUARTE, Alessandra. CENSO: Igreja Universal perde adeptos, e Poder de Deus ganha. *O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/censo-igreja-universal-perde-adeptos-poder-de-deus-ganha-5345868#ixzz3YXvrSil3>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

de 1980. Hoje se sabe da aproximação de lideranças protestantes ao governo militar e mesmo a presença de agentes do governo norte-americano no seio de algumas denominações, como a Igreja Presbiteriana do Brasil e de algumas igrejas Batistas.¹² No período mais intenso de repressão da ditadura, os governos civil-militares, subtraídos ao apoio da Igreja Católica, passaram a angariar novas bases sociais para legitimar sua autoridade, conseguindo estabelecer acordos com diversos líderes evangélicos, tanto do âmbito do protestantismo histórico quanto do meio pentecostal, talvez pelo fato de que muitos deles endossavam ideias anticomunistas, tendendo, em muitos casos, ao clientelismo.¹³ Somado a isso, a condição de representantes de uma minoria religiosa discriminada, pressionada por divergências com o catolicismo, desejosas de recursos, reconhecimento social, cultural e político, poderia ter contribuído para uma fenomenologia do conservadorismo. De todo modo, esses religiosos permaneceram majoritariamente afastados do jogo político-partidário durante o período dos governos da ditadura civil-militar. Surge daí, em grande medida, certa ideia de alienação política que muitas vezes é atribuída a eles, quando colocada em comparação aos grupos acadêmicos do ativismo político de grupos católicos considerados progressistas e com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).¹⁴

No entanto, essa situação começou a mudar em meados da década de 1980. Houve uma surpreendente inversão de perspectivas, de estratégia competitiva e de inserção social, várias denominações pentecostais fizeram uma opção diferenciada e trocaram, quase que repentinamente, a noção quietista do “crente não se mete em política” pelo lema corporativo “irmão vota em irmão”.¹⁵ Assim como a forma anterior, não obstante a guinada radical em interpretações bíblicas, a política entrou em cena. Os expoentes desse ideário começaram a defender a tese teológica, desde uma percepção arrivista e triunfalista, pautada pela teologia da prosperidade, de que os protestantes, especialmente os pentecostais, deveriam deixar de ser “cauda” para se tornarem “cabeça”.

¹² RIBEIRO, Ezilene Nogueira. *Eurico Alfredo Nelson (1862-1939) e a inserção dos Batistas em Belém do Pará*. Dissertação. 105 f. (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Humanidades e Direito, São Bernardo do Campo, 2011.

¹³ CHESNUT, R. Andrew. *Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

¹⁴ FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba, PR: Encontro, 1994.

¹⁵ JACOB, Cesar Romero. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

Isso não quer dizer que todas as denominações pentecostais e as nascentes igrejas do novo pentecostalismo¹⁶ se imiscuíssem nos pleitos eleitorais. Podem ser tomadas como exemplo de contínuo quietismo pentecostal a Congregação Cristã no Brasil e a Deus é Amor, duas das maiores igrejas pentecostais do país, que permanecem apolíticas. Nas vésperas das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) ocorreu o início da participação de evangélicos na vida política, constituindo assim a famosa “bancada evangélica”, com 32 deputados federais, 18 deles pentecostais, sendo 13 da Assembleia de Deus. Dessa forma, a representação pentecostal teve um aumento incrível de 900%. Na legislatura anterior havia apenas dois parlamentares.

O motivo mais evidente para essa surpreendente atuação na arena política, e consequente alcance nos números de parlamentares, servindo como móvel essencial para tal mobilização eleitoral, bem como elemento de legitimação de sua participação na área da política partidária, foi uma suposta orquestração, dilatada pelas cúpulas eclesiásticas, sobretudo pela Assembleia de Deus, de uma possível perseguição aos evangélicos, que chegou rapidamente aos mais diferentes grupos do pentecostalismo, de norte a sul do país, e acusava as lideranças católicas de pretenderem assegurar e ampliar, legalmente, privilégios institucionais para a Igreja Católica e limitar a ação dos grupos protestantes no novo texto da Constituição Federal. Além disso, coincidiu essa mudança com o surgimento de projetos eclesiásticos de líderes evangélicos, que cada vez mais passavam a ter consciência de seu poder simbólico, visando obter a hegemonia religiosa e política no Brasil, além da difusão da teologia triunfalista da prosperidade, a qual misturava noções de pensamento positivo com elementos de doutrinas de “batalha espiritual”, que, entre outras coisas, apregoam uma perspectiva teocrática de direito divino dos verdadeiros cristãos na tomada de postos de comando da nação.

Desde a Constituinte de 1988 a bancada evangélica vem sendo marcada por exacerbado caráter conservador, em termos políticos e morais, e pelo oportunismo evidente de

¹⁶ Há necessidade de diferenciarmos aqui os termos usados na pesquisa. Pentecostalismo é o ramo do protestantismo brasileiro surgido no início do século XX e tem na Igreja Assembleia de Deus sua maior expressão. Fazem parte desse grupo as igrejas que se fundamentam numa teologia do Espírito Santo que orientaria os rumos do grupo, sendo a característica fundamental a manifestação dos dons do Espírito nas celebrações cúlitas por meio do batismo com este mesmo Espírito. Cf. DREHER, Martin N. *História do povo de Jesus: uma leitura Latino-Americana*. São Leopoldo: Sinodal, 2013. p. 319. O neopentecostalismo ou novo pentecostalismo é o ramo do protestantismo surgido na esteira do pentecostalismo histórico em meados da década de 1970 e que se inculturaram de forma mais eficaz à religiosidade popular brasileira por meio do que Bobsin chama de desterritorialização das tradições e do contrabando simbólico que ocorre entre as formas religiosas que se tocam a partir dos subterrâneos simbólicos. BOBSIN, 1997, p. 17.

certos parlamentares, o que redundou, inclusive, na cassação de muitos deles.¹⁷ A bancada evangélica cresceu de tamanho, alcançando, no último pleito eleitoral, o número de 75 deputados federais e 3 senadores.¹⁸ Nesse período, os parlamentares evangélicos ampliaram-se na questão da filiação, partidos de esquerda e centro esquerda passaram a ter a presença de candidatos ligados ao mundo religioso de tendência mais conservadora. A bancada evangélica também teve a presença de parlamentares que se identificavam com certas temáticas moralistas, como é o caso conhecido do atual senador Aécio Neves que integrou signatariamente a bancada enquanto foi deputado.¹⁹

A atuação e participação política dos grupos religiosos ligados ao mundo pentecostal/neopentecostal e protestantes históricos conversionistas, no entanto, não se restringem às disputas eleitorais pelas vagas no legislativo, as eleições majoritárias também são objetos de ação. Buscam se imiscuir em variados meios partidários na tentativa de elegerem seus candidatos próprios, como Silas Câmara (PSD), Ronaldo Martins (PRB), Clarissa Garotinho (PR), Benedita da Silva (PT), Onyx Lorenzoni (DEM), Pastor Marco Feliciano (PSC), Fábio Sousa (PSDB), na tentativa de influir nos rumos da política nacional. No pleito de 1989, por exemplo, limitaram-se a condenar o “Barbudo Comunista” e os candidatos de esquerda, durante o primeiro turno, à presidência da República, enquanto no segundo turno passaram a apoiar Fernando Collor de Melo, mais como um reflexo da ligação do Partido dos Trabalhadores (PT) com as organizações da Igreja Católica, e muito menos porque acreditassem na realização das promessas do “caçador de marajás”, o ruído do temor de perder a liberdade religiosa num futuro governo petista/comunista, ligado à Santa Sé, ainda ecoava. A velha síndrome persecutória tão presente nesse meio religioso, nos dias atuais, não tem nada de novo. Acusava-se a Igreja Católica de estar acomodada com lideranças do PT para, se caso fossem vitoriosos, passarem a discriminar e perseguir os “evangélicos”, fosse tomando seus templos e os transformando em lojas e supermercados, em escolas e creches, fosse limitando sua liberdade de culto e evangelização. O imaginário de perseguições em países socialistas às igrejas cristãs fazia com que eles repetissem o discurso da Guerra Fria no

¹⁷ BRESCIANI, Eduardo; DOMINGOS, João; CARDOSO, Daiene. Câmara dos Deputados livra Natan Donadon de cassação. *Estadão*, 23 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,camara-dos-deputados-livra-natan-donadon-de-cassacao,1068907>>. Acesso em: 22 maio 2015.

¹⁸ GONZATTO, Marcelo. Veja quem são os líderes da nova bancada evangélica: Ala religiosa no Congresso reúne pelo menos 78 deputados e senadores. *Zero Hora*, 23 fev. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/veja-quem-sao-os-lideres-da-nova-bancada-evangelica-4704358.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

¹⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/394.asp>. Acesso em: 23 abr. 2015.

contexto brasileiro. Quando o discurso religioso tematizava o medo, o temor, o risco, o perigo, a perseguição, o sofrimento, a prisão, a tortura e mortes, sob governos comunistas, o efeito eleitoral se provou bastante eficaz.²⁰ A respeito dessa nova etapa destes grupos religiosos, Pierucci afirmou: “ao que parece eles vieram para o mundo da política para ficar. Não se trata de uma estratégia limitada à conjuntura privilegiada de elaboração da nova Carta Magna. Pretendem permanecer e ir além”.²¹

Talvez o momento mais emblemático desse viés discursivo tenha sido o pleito eleitoral para presidente da república de 1994, quando o candidato tucano Fernando Henrique Cardoso recebeu apoio maciço desses grupos religiosos. O candidato petista surgiu como o mais rejeitado. Já no pleito de 1998, o temor em relação ao candidato petista de um representante de centro-esquerda à presidência da República sofreu considerável recuo.²² Mesmo assim, o pastor José Wellington, presidente da Assembleia de Deus, expressou apoio a FHC dizendo que “Cada irmão que entra (na igreja) é um sem-terra a menos, pois nós gostamos da terra, mas queremos mesmo é o Céu”.²³

A mudança efetiva aconteceu mesmo em 2002, quando o candidato evangélico Anthony Garotinho não passou ao segundo turno, e lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus, juntamente com outras denominações pentecostais/neopentecostais resolveram dar apoio ao candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Foi uma surpresa a Universal figurar apoio explícito ao PT, uma vez que desde 1989 ela era a maior opositora neopentecostal ao PT. Em 2002, a articulação de um candidato a vice-presidente pelo Partido Liberal, conseguiu o apoio de deputados liberais da Universal, liderados pelo bispo Carlos Rodrigues, do PL carioca.

O predomínio das políticas neoliberais nos anos 90, a duradoura crise econômica, a letargia estatal, a ineficiência do Estado e seu secular descaso com a área social,

²⁰ PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996. Paul Freston afirma que uma das principais motivações das lideranças pentecostais/neopentecostais para que essa mudança de atitude e pensamento fosse produzida, era o próprio crescimento demográfico tomado como missão nos moldes do neoliberalismo, cujo cálculo da membresia ou dos circulantes indicaria o nível de sucesso e sinal da presença da ação do Espírito de Deus. FRESTON, 1994, p. 32.

²¹ PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 177.

²² BEISE, Ana Paula. Os pentecostais e as campanhas de Lula à presidência da República entre 1989 e 2006. IX SALÃO DE INICIAÇÃO Científica PUCRS, 2008. Disponível em: <http://www.pucrs.br/research/salao/2008-IXSalaoIC/index_files/main_files/trabalhos_sic/humanas/sociologia/61986.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2015.

²³ SÁ, Xico. FHC recebe apoio de 300 mil evangélicos. *Folha de São Paulo*, segunda, 29 de setembro de 1997. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:q_p5dQ6JpCsJ:www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc290907.htm+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 25 abr. 2015.

favoreceram, decerto, a participação de grupos religiosos, entre os quais sobressaem católicos e evangélicos, nas questões sociais e, conseqüentemente, no debate e no espaço públicos. Ao lado disso, nas duas últimas décadas, deputados e senadores pentecostais dedicaram-se à defesa intransigente de seus interesses corporativos e de uma moralidade cristã estrita. O que se comprova com sua intervenção nas votações, nas políticas públicas e nos debates legislativos relacionados às propostas de descriminalização do aborto e do consumo de drogas, à união civil de homossexuais, aos direitos humanos e sexuais, às tecnologias reprodutivas, à clonagem humana, ao uso de células embrionárias em pesquisas científicas, ao ensino religioso nas escolas públicas, à reforma política.²⁴

Surgiu, assim, em 2003, a Frente Parlamentar Evangélica e Apoio à Vida no intuito de arregimentar e articular melhor sua ação coletiva no Congresso Nacional. Esse ano marca sua força política, pois conseguiram, mediante intensa mobilização social e pressão política, promover alteração no novo Código Civil que limitava a atuação das igrejas como organizações sociais.²⁵

Podemos perceber, deste modo, que os grupos pentecostais/neopentecostais e protestantes históricos conversionistas tornaram-se, depois do período de redemocratização, importantes atores políticos e, com isso, sujeitos corresponsáveis, portanto, pelos encaminhamentos futuros da democracia brasileira.

1.2 Os evangélicos e a aproximação político-partidária: a Frente Parlamentar Evangélica e Apoio à Vida, ou Bancada Evangélica

A assim chamada Bancada Evangélica foi se constituindo ao longo do período democrático recente, passando por altos e baixos. Desde seu surgimento para atuação na Constituinte em 1986 até a formação da Frente Parlamentar Evangélica e Apoio à Vida, em 2003, passaram a defender a necessidade de uma candidatura à presidência da República, deixando de lado a satanização desta esfera de poder. A candidatura de Anthony Garotinho foi a realização dessa expectativa; em 2002, porém, a pulverização das adesões político-partidárias já estava amplamente fomentada.²⁶ Em 1989, segundo Mariano e Pierucci, a primeira eleição presidencial direta depois da constituinte, os conversionistas, pentecostais e neopentecostais deram apoio fundamental ao candidato Fernando Collor de Mello, do PRN,

²⁴ SOUZA, Júlio Cesar Pereira de. Voto: uma oferta de fé: o poder simbólico dos líderes religiosos e o comportamento eleitoral dos membros da igreja evangélica. Dissertação. 192 f. (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2011. p. 57. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4462>. Acesso em: 24 abr. 2015.

²⁵ GARCIA, Gilberto. *O Novo Código Civil e as Igrejas*. São Paulo: Vida, 2003.

²⁶ Em 2014, o segmento religioso apoiador da Bancada Evangélica teve a possibilidade de optar entre duas candidaturas voltadas a temas encabeçados por figuras de renome, Marina Silva, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), e o Pastor Everaldo, pelo Partido Social Cristão (PSC).

contra Lula, do PT, apregoando contra este último boatos persecutórios contra as igrejas evangélicas, dando privilégios à Igreja Católica.²⁷ Nas eleições de 1994, voltaram a insuflar ideias de perseguição. Era um momento de ascensão midiática de vários grupos tais como a Universal, Comunidade Evangélica de Brasília, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Renascer em Cristo, etc.²⁸ Vimos que em 1998, a Igreja Universal orientou seus fiéis a não depositar seu voto no candidato do demônio, Lula, mesmo que existisse neste período uma grande aproximação do candidato do PT com setores amplos do meio evangélico e fosse conhecida sua fé em Deus. Foi assim que, em 2002, o apoio destes setores ajudou a eleger, no 2º turno, o candidato antes tomado como possível perseguidor da “Igreja”. Ao longo de seu governo, Lula conseguiu conquistar novas parecerias de parlamentares e líderes evangélicos, recuando apenas em 2010 quando a candidata de Lula, Dilma Rousseff, se apresentou à sucessão presidencial.

A situação da Bancada Evangélica não é simples. Seus membros enfrentam limitações éticas devidas aos escândalos de corrupção, principalmente com o caso das “Sanguessugas”, mas continua a se fortalecer enquanto frente conservadora e defensora de uma moralidade cristã tradicionalista.²⁹ Sua atuação se dispõe a elencar demandas das parcelas que os elegem, caracterizada por valores tradicionalistas e conservadores. Temas como aborto e união matrimonial entre pessoas do mesmo sexo são tornados cavalos de batalha. A Bancada Evangélica é uma dentre tantas bancadas.³⁰

Para o cientista político Luiz Domingos Costa, do grupo Uninter, os pastores souberam compreender o sistema representativo brasileiro. O eleitor evangélico vota dentro de sua comunidade, em candidatos com um perfil socioeconômico e um sistema de valores ideológicos e religiosos parecido com o seu – uma efetiva

²⁷ PIERUCCI, Flávio Antônio; MARIANO, Ricardo. O Envolvimento dos Pentecostais na eleição de Collor. In: PIERUCCI, Flávio Antônio; PRANDI, Reinaldo (Orgs.). *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 38.

²⁸ Cf. BORGES, Tiago Daher Padovezi. *Representação Partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira*. Dissertação. 192 f. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: < www.teses.usp.br/teses/...06122007.../TESE_TIAGO_D_P_BORGES.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

²⁹ SANDER Leticia; BRAGON, Ranier. 58% da propina foi para evangélicos, diz CPI dos Sanguessugas. *Folha de São Paulo*, 10 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81306.shtml>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

³⁰ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lideranças e bancadas*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

representação. Costa destaca também que os evangélicos souberam ocupar legendas pequenas e médias, como o PSC e o PRB.³¹

A Bancada Evangélica possui estatuto de Frente Parlamentar. Para o entendimento neste trabalho, de acordo com o Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005, pode ser definida da seguinte forma uma Frente Parlamentar:

Frente Parlamentar é a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade. No Senado Federal não existe nenhuma norma a respeito. Não tem registro, ata, ou seja, nenhum procedimento legislativo, como na Câmara dos Deputados, embora os senadores são livres para participar de qualquer frente de seu interesse.³²

A Frente Parlamentar, para realizar seu registro, precisa apresentar a ata de fundação e estatuto interno, o qual é criado pela própria frente. É garantido, pelo artigo 4º, às frentes parlamentares que se registram o direito à alocação de um espaço próprio para reuniões, reservado o direito de não interferir noutros trabalhos da Câmara Federal. O mesmo artigo 4º proíbe a contratação de "pessoal ou fornecimento de passagens aéreas".³³ Da mesma forma, o "artigo 5º garante a ampla divulgação das atividades dessas instituições nos meios de comunicações oficiais do Congresso Nacional".³⁴

O termo Bancada Evangélica é a generalização operada pela imprensa que categoriza os grupos atuantes.³⁵ Nesse sentido, existem várias bancadas como a da Bala, a dos Direitos Humanos e a Ruralista, entre outras.

Como foi apontado, Mariano mostra que a partir de 2003 houve crescimento do número de evangélicos parlamentares eleitos, e o tema relacionado ao Novo Código Civil acabou dando unidade para a atuação do grupo.³⁶ Esse tipo de unidade na defesa de alguns temas comuns sempre volta à tona e promove certa unidade na ação. Foi o que aconteceu no

³¹ MARÉS, Chico. Bancada evangélica seria 3.º partido da Câmara, 21 de abril de 2013. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/bancada-evangelica-seria-3-partido-da-camara-e3vwr7to2ezxo1996se0xliry>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

³² SILVA, Gustavo Tadeu Reis. *Impactos das Frentes Parlamentares na Dinâmica do Congresso Nacional durante a Presidência do Partidos dos Trabalhadores (52º a 54º Legislatura)*. Dissertação. 107 f. (Mestrado) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014. p. 16.

³³ SILVA, 2014, p. 16.

³⁴ SILVA, 2014, p. 16.

³⁵ CORADINI, Odaci Luiz. Frentes Parlamentares, representação de Interesses e alinhamentos políticos. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 241-256, jun. 2010.

³⁶ A transformação das igrejas em associações, na proposta do Novo Código Civil de 2002, depois reformulada pela *Lei n. 10.825*, de 22 de dezembro de 2003, deixou a impressão de que haveria a intromissão do estado na organização e nos modelos eclesiais. MARIANO, Ricardo. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. *Revista Civitas*, v. 6, n. 2, Porto Alegre, jul-dez., p. 77-99, 2006.

pleito eleitoral de 2010, quando grupos religiosos das mais variadas matizes conseguiram viralizar na internet, e é importante lembrar que em 2010 pela primeira vez a internet foi autorizada como meio de divulgação das candidaturas, que a candidata do PT, Dilma Rousseff, era favorável ao aborto. Para Machado, tanto a criação da Frente Parlamentar Evangélica quanto o Fórum Evangélico Nacional de Ação social e Política, demonstra a crescente habilidade destes grupos para a mobilização de parlamentares na organização da defesa de interesses que os coloquem numa mesma pauta supradenominacional e suprapartidária, em nome de “interesses da fé”.³⁷ Nos últimos anos, membros da Bancada Evangélica vêm conquistando postos importantes de decisão como foi a direção da Comissão de Direitos Humanos pelo Pastor Marcos Feliciano (PSC),³⁸ a direção da Comissão de Legislação Participativa por Lincoln Portela (PR) e, atualmente, a presidência da Câmara Federal dos Deputados pelo Pastor Eduardo Cunha (PMDB).³⁹

O funcionamento da Frente Parlamentar se dá da seguinte maneira:

Os parlamentares são divididos por temáticas, pelas quais ficam responsáveis para análise de projetos específicos sempre que necessário, com a subseqüente elaboração de parecer e orientação de voto para os demais membros. Nas reuniões semanais, os assessores informam sobre os projetos em tramitação, que deverão receber análise especializada, distribuem tarefas, incluindo a elaboração de pareceres. A assessoria, que é voluntária, monitora os projetos em tramitação no Congresso nas sextas-feiras a partir das 18h, através da busca digital por palavras-chave. Em seguida, encaminha as providências mais urgentes, que não podem esperar até a reunião da terça-feira quando, então, os projetos a serem analisados são repassados aos demais integrantes da Frente. A partir dos pareceres produzidos pelos parlamentares designados, de acordo com suas áreas de formação/especialização, a assessoria elabora discursos específicos e os distribui aos deputados participantes das comissões que os discutem para justificar seus votos. Além disso, as reuniões são utilizadas para tomar decisões e fazer encaminhamentos sobre procedimentos diversos: solicitação de requerimentos de informação, audiências, votações a favor/contraprojetos específicos, estratégias para interromper sessão no plenário e nas comissões. Através dessas estratégias, os parlamentares evangélicos buscam revestir o argumento religioso que justifica muitos de seus posicionamentos com argumentos mais “técnicos” ou jurídicos. A defesa de seus interesses e valores não está mais amparada na Bíblia, mas na Constituição Federal. Assim, justificam seu posicionamento contra o casamento homossexual, por exemplo, não porque a Bíblia

³⁷ MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangelicals and Politics in Brazil: the case of Rio de Janeiro. *Religion, State & Society*, v. 40, n. 1, mar., 2012. p. 75.

³⁸ NÉRI, Felipe. Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos. *GI: Portal Globo.com*, 07 de março de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

³⁹ BARROCAL, André. Eduardo Cunha chegou lá, 10 de fevereiro de 2015. *Carta Capital: Revista Digital*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/835/empresario-da-politica-6226.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

o condena, mas porque a Constituição reconhece a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar.⁴⁰

Os deputados que constituem a atual Frente Parlamentar Evangélica e Apoio à Vida são os seguintes, e seus partidos e igrejas:

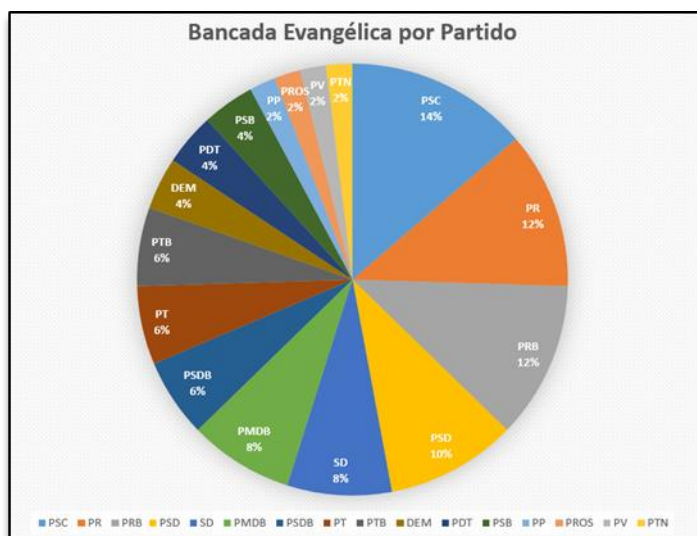
Silas Câmara (PSD), Assembleia de Deus; Irmão Lazaro (PSC), Novo Músico Batista; Márcio Marinho (PRB), IURD; Sérgio Brito (PSD), Batista; Erivelton Santana (PSC), Assembleia de Deus; Ronaldo Martins (PRB), IURD; Ronaldo Fonseca (Pros), Assembleia de Deus; Sérgio Vidigal (PDT), Batista; Manato (SD), Cristã Maranata; Fábio Sousa (PSDB), GO Fonte da Vida; João Campos (PSDB), Assembleia de Deus; Lincoln Portela (PR), Batista Nacional; Leonardo Quintão (PMDB), Presbiteriana; Stefano Aguiar (PSB), Evangelho Quadrangular; George Hilton (PRB), IURD; Weliton Prado (PT), Assembleia de Deus; Julia Marinho (PSC), Assembleia de Deus; Josué Bengtson (PTB), Evangelho Quadrangular; Pastor Eurico (PSB), Assembleia de Deus; Anderson Ferreira (PR), Assembleia de Deus; Rejane Dias (PT), Batista; Christiane Yared (PTN), Catedral do Reino de Deus; Hidekazu Takayama (PSC), Assembleia de Deus; Delegado Francischini (SD), Assembleia de Deus; Edmar Arruda (PSC); Clarissa Garotinho (PR), Metodista; Eduardo Cunha (PMDB), Sara Nossa Terra; Sóstenes Cavalcante (PSD), Assembleia de Deus – Ministério Vitória em Cristo; Washington Reis (PMDB), Nova Vida; Aureo Lidio Moreira Ribeiro (SD), Metodista; Arolde de Oliveira (PSD), Batista; Benedita da Silva (PT), Assembleia de Deus; Francisco Floriano (PR), Mundial do Poder de Deus; Marcos Soares (PR), Evangelho Quadrangular; Antônio Jácome (PMN), Assembleia de Deus; Nilton Capixaba (PTB), Assembleia de Deus; Marcos Rogério (PDT), Assembleia de Deus; Jhonatan de Jesus (PRB), IURD; Onyx Lorenzoni (DEM), Igreja Evangélica Luterana do Brasil; Ronaldo Nogueira (PTB), Assembleia de Deus; Pastor Jony (PRB), IURD; Laércio Oliveira (SD), Presbiteriana; Pastor Marco Feliciano (PSC), Catedral do Avivamento, igreja ligada à Assembleia de Deus; Jorge Tadeu Mudalen (DEM), Internacional da Graça; Bruna Furlan (PSDB), Congregação Cristã no Brasil; Jefferson Campos (PSD), Evangelho Quadrangular; Missionário José Olimpio (PP), Mundial do Poder de Deus; Antônio Bulhões (PRB), IURD; Pastor Gilberto Nascimento (PSC), Assembleia de Deus; Edinho Araújo (PMDB), Presbiteriana; Paulo Freire (PR), Assembleia de Deus; Roberto de Lucena (PV), O Brasil para Cristo.

Os senadores são os seguintes:

⁴⁰ TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: força política no estado laico brasileiro. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 581-609, 2013. Disponível em: <<http://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/view/2090/1927>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Walter Pinheiro (PT), BA; Magno Malta (PR), ES; Eduardo Lopes (PRB), RJ.

No esquema a seguir podem ser visualizados os percentuais por partido:



Fonte: Composição da Bancada Evangélica de 2015 a 2019⁴¹

O quadro de cadeiras na Câmara Federal ficará com o seguinte desenho:



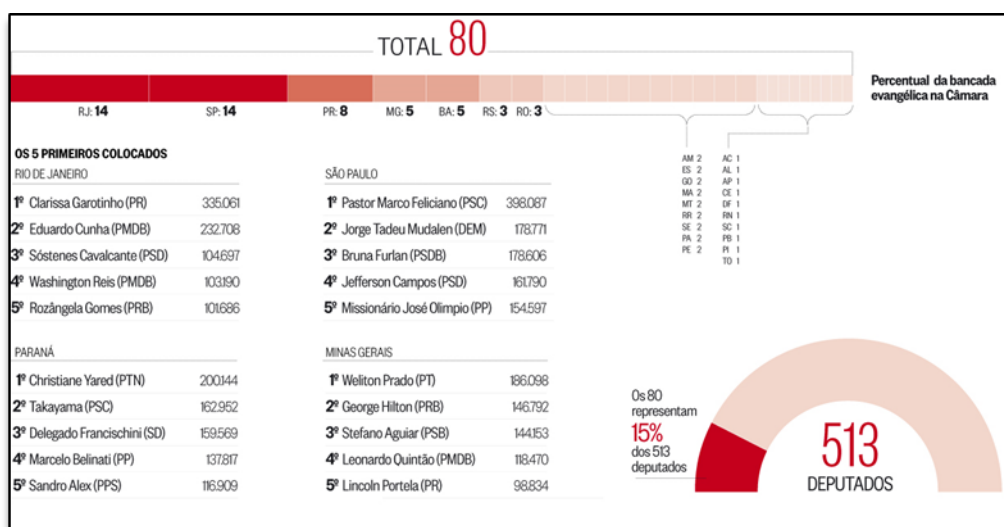
Fonte: Zero Hora⁴²

A Bancada Evangélica vem se consolidando como uma das principais bancadas no Congresso Nacional nos últimos pleitos eleitorais.⁴³ Se fosse um partido, a Bancada Evangélica estaria

⁴¹ GERALD, Marcelo. Composição da Bancada Evangélica de 2015 a 2019. *Eleições Hoje*. Disponível em: <<http://www.eleicoeshoje.com.br/composicao-da-bancada-evangelica-de-2015-2019/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

⁴² GONZATTO, Marcelo. Bancada evangélica ganha força inédita no Congresso: ala religiosa elegeu 78 parlamentares, tem a presidência da Câmara e segue em busca de mais espaço. *Zero Hora*, 23 fev. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/bancada-evangelica-ganha-forca-inedita-no-congresso-4704350.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

entre os três maiores partidos do país. Rio de Janeiro e São Paulo aparecem como os estados com maior número de parlamentares. Outros com número significativo são Paraná e Minas Gerais.



Fonte: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/o-eleitos-por-estado.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.⁴⁴

A atuação da Bancada Evangélica, em Brasília, é organizada muito mais em torno de suas bandeiras que se caracterizam pela negação de propostas entendidas como contrárias aos princípios dos grupos religiosos representados. Ela costuma ser especialmente contra a legalização do aborto, o casamento gay, a eutanásia, políticas públicas de inclusão e socialização de direitos humanos a grupos minoritários e a liberação das drogas. Ela é a favor, fundamentalmente, da ampla liberdade religiosa, de acordo com a tradição da bancada.

Outra característica, talvez a mais problemática, tomando-se por critério a questão da defesa da ética por este segmento, é a inclusão da Bancada Evangélica em denúncias de corrupção.⁴⁵ Essa ideia pode ser conferida no lema veterotestamentário da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) que diz: “Quando os justos governam, alegra-se o povo; mas quando o ímpio domina, o povo geme” (Provérbios 29.2). Na última legislatura, dos 73 integrantes na Câmara, 23 respondiam a processos no Supremo Tribunal Federal (STF). Havia parlamentares

⁴³ MAREÉS, Chico. Bancada evangélica seria 3.º partido da Câmara. *Gazeta do Povo*, 21 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/bancada-evangelica-seria-3-partido-da-camara-e3vwr7to2ezxol996se0xliry>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

⁴⁴ Percentual da bancada evangélica na Câmara. *O Globo*. Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/o-eleitos-por-estado.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

⁴⁵ LOPES, Paulo. *Maioria dos deputados evangélicos responde a processos judiciais*, 3 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.paulopes.com.br/2012/04/maioria-dos-deputados-evangelicos.html#.VUenjiFVhBc>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

acusados de corrupção, peculato (desvio praticado por servidor público), crime eleitoral, falsificação de documento, lavagem de dinheiro e estelionato etc.⁴⁶

Muitas das pautas da FPE estão em sintonia com outras frentes parlamentares como é o caso da Frente Parlamentar Católica que se coloca contrária a assuntos como aborto e eutanásia, ou ainda em sintonia com a Frente Parlamentar Ruralista, a conhecida Bancada da Bala, cujo membro notório é o deputado Jair Bolsonaro,⁴⁷ além de se colocar contrária ao projeto da chamada Lei da Palmada.⁴⁸ A FPE atua quase sempre de forma corporativista. Atualmente lideranças religiosas deste segmento, e muito conhecidas, vêm tendo participação ativa na articulação das demandas.

A nova diretoria da FPE está constituída da seguinte maneira: Presidente: João Campos (PSDB-GO); Presidente região norte: Silas Câmara (PSD-AM); Presidente região sul: Geovania De Sá (PSDB-SC); Presidente região sudeste: Paulo Freire (PR-SP); Presidente região centro-oeste: Prof. Vitorio Galle (PSC-MT); Presidente região nordeste: Jony Marcos (PRB-SE); Secretários: 1º Marcos Rogério (PDT-RO); 2º Jeferson Campos (PSD-SP); 3º Anderson Ferreira (PR-PE); 4º Júlia Marinho (PSC-PA); 5º Carlos Gomes (PRB-RS); Tesouraria: 1º Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ); 2º Rosângela Gomes (PRB-RJ); 3º Nilson Capixaba (PTB-RO).⁴⁹

1.3 A Atuação da Frente Parlamentar e Apoio à Vida

A atuação da FPE é marcada por um forte moralismo. O grande tema da frente é o mandato da defesa da família e da moral cristã contra a plataforma dos movimentos feministas e dos grupos ligados às lutas dos homossexuais e dos grupos de direitos humanos. Para tanto, são válidas alianças com adversários históricos como os católicos ou mesmo grupos conservadores, pois se trata de um discurso que tem um apelo não somente ao

⁴⁶ É conhecido o caso do deputado Natan Donadon, do PSC e, depois, pelo PMDB de Rondônia, que foi condenado à pena de treze anos e quatro meses pelo STF e que não teve o mandato cassado por meio de uma manobra da FPE. LOPES, Leiliane Roberta. Bancada evangélica se articulou para impedir cassação de Natan Donadon. *Gospel Prime*. Disponível em: <<http://noticias.gospelprime.com.br/bancada-evangelica-cassacao-natan-donadon/>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

⁴⁷ TRUFFI, Renan. Bancada da bala pode ajudar a reduzir maioria. *Carta Capital*, 20 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/bancada-da-bala-pode-ajudar-a-provar-reducao-da-maioridade-penal-822.html>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

⁴⁸ Bancada evangélica impede votação da Lei da Palmada em comissão da Câmara. *Portal IG*, 09 de julho de 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-07-09/bancada-evangelica-impede-votacao-da-lei-da-palmada-em-comissao-da-camara.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

⁴⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados: Frente Parlamentar Evangélica. *Frente Parlamentar Evangélica celebra Santa Ceia no Congresso Nacional*, 13 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/component/k2/item/329-frente-parlamentar-evangelica-celebra-santa-ceia-no-congresso-nacional>>. Acesso em: 24 maio 2015.

segmento específico, mas um discurso que vai ao encontro de outros grupos sociais mais conservadores que não são ligados às religiões.

A FPE é formada por parlamentares que necessariamente não possuem vínculos com os temas em pauta, mas por motivos de articulação também se mesclam a outras demandas. O segmento social religioso que constitui a Bancada Evangélica é diverso. Não é possível imaginar que o mundo “evangélico” esteja todo representado pelas pautas dela. Nem todo religioso de viés protestante se sente representado por esta bancada. Ao se falar em segmento religioso protestante é preciso especificar que se trata de uma gama de grupos que compreende desde grupos do protestantismo histórico ligado à Reforma Protestante, do século XVI, até os grupos do pentecostalismo histórico relacionados aos movimentos avivalistas nos Estados Unidos da América do Norte e da Escandinávia, no século XIX, incluídos aqueles grupos independentes que tiveram nascedouro no Brasil e que continuaram a sofrer influência atlântico-norte. Isso significa uma soma incontável de denominações que se filiam a essa tradição que possui, via de regra, dois aspectos fundamentais, a saber, o batismo de adultos como consequência da noção adesista e racional por meio da fé ao culto cristão de viés conversionista.

Muitas das pautas desse segmento acabam por criar adesão de outras frentes parlamentares e de parlamentares não vinculados a nenhuma frente. Temas como homoafetividade vinculam grupos e pessoas à FPE na rejeição de medidas que ampliem os direitos da população GLBTT. A FPE, segundo Magali do Nascimento Cunha, autora/pesquisadora também evangélica, sempre esteve preocupada com temas conservadores de direitos adquiridos de liberdade religiosa, seus projetos apresentados estavam circunscritos à garantia das “praças da Bíblia”, à criação de feriados “protestantes”, benefícios para templos, e na rejeição de temas que limitassem sua ação na esfera pública como a pregação condenatória sobre a condição da homoafetividade. Grande parte dos temas de preocupação da FPE estava relacionada à luta ideológica com a Igreja Católica. No entanto, nos últimos pleitos ela vem ampliando sua articulação e agora temas da ordem social começam a ser motivo de organização como é o caso do Projeto de Lei 4.330, sobre a Terceirização e a PEC 171/93, que reduz a maioria penal.⁵⁰ Até os anos de 2010, os parlamentares da FPE

⁵⁰ CUNHA, Magali do Nascimento. “Cunha e sua bancada fomentam a homofobia”, diz professora especializada nos evangélicos. Entrevista ao Site *Geledés*. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/cunha-e-sua-bancada-fomentam-a-homofobia-diz-professora-especializada-nos-evangelicos/#axzz3ZBoXdx8X>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

identificavam-se com temas de caráter ideológico, o que os lançavam sempre no fisiologismo, o que pode ser verificado pelo perfil dos partidos políticos a que são filiados os parlamentares, agora, porém, sua força permite atuar e articular ações desde o ponto de vista sociopolítico e econômico.

Alguns dos temas controversos e defendidos pela FPE são:

Liberdade religiosa. O segmento religioso protestante que sustenta a FPE surgiu e vive às voltas com o tema da perseguição religiosa. Muitas das discussões sobre temas diversificados acabam sob a rubrica da perseguição religiosa. Exemplo recente é o debate acerca da lei anti-homofobia que, se aprovada, argumentam lideranças como Silas Malafaia e Marco Feliciano, redundaria em perseguição devido ao fato de esse projeto abrir porta para qualquer tipo de preconceito, uma vez aceito que bastasse a pessoa argumentar que sofreu discriminação por ser homossexual. Isso poderia, hipoteticamente, ser aplicado a uma pessoa religiosa.⁵¹ Outro efeito dessa lei seria o que é chamada de “Mordaça Gay”, a limitação dos discursos religiosos condenatórios sobre a sexualidade orientada pela homoafetividade aos lugares privados da religião. Nesse esquema também é atacado o denominado kit gay, que segundo os parlamentares, sob forte apelo de figuras como Silas Malafaia e Jair Bolsonaro, seria um tipo de apologia à prática sexual, dirigida a crianças e adolescentes, que incentivaria crianças a terem contato com práticas sexuais precocemente.⁵²

Defesa do ensino do criacionismo. Há intenção de ver aprovado um Projeto de Lei (8.099/2014) de autoria do pastor Marco Feliciano (PSC, de São Paulo) que obrigue as escolas de ensino fundamental, públicas e privadas, o ensino da doutrina criacionista. Algo já conseguido no estado do Rio de Janeiro por meio da atuação de Anthony Garotinho.⁵³

Contestação de constitucionalidade de lei sobre impostos no STF. Essa proposta prevê que as igrejas e suas organizações sociais possam contestar leis no Supremo Tribunal Federal quando elas ferirem, segundo a interpretação das igrejas, a liberdade de culto.⁵⁴ A Igreja Católica não conseguiu contestar as pesquisas com células tronco justamente por esse

⁵¹ Evangélicos marcam ato contra lei anti-homofobia. *Portal Padom*. Disponível em: <<http://padom.com.br/evangelicos-marcam-ato-contralei-anti-homofobia/>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

⁵² AZEVEDO, Reinaldo. Pastor Silas Malafaia responde a Fernando Haddad e ao movimento para censurar os evangélicos. *Veja*, 12 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/pastor-silas-malafaia-responde-a-fernando-haddad-e-ao-movimento-para-censurar-os-evangelicos/>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

⁵³ GAZIR, Augusto. Escolas do Rio vão ensinar criacionismo, 13 de maio de 2004. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u11748.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

⁵⁴ RECONDO, Felipe. PEC permite que igrejas contestem leis no STF, 27 de março de 2013. *Estadão*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pec-permite-que-igrejas-contestem-leis-no-stf,1014045>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

impedimento. As igrejas desse segmento temem sofrer qualquer tipo de retaliação como parece ser o caso de leis que possuem fundamento constitucional. As igrejas e organizações sociais não podem ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade no STF.⁵⁵

Casamento gay. A FPE busca articular-se para encaminhar-se o assim chamado *Estatuto da Família*. Essa proposta prevê que o conceito de família seja considerado apenas em sua versão reprodutiva, qual seja, homem e mulher em sua heteronormatividade. Também estabelece que somente um casal formado nestes moldes possa ter o direito à adoção de crianças. A união homoafetiva tomada como casamento é combatida com todas as forças pela FPE.⁵⁶

A Bancada Evangélica procura ainda aprovar projetos que criminalizem a heterofobia, o aborto, e impeçam a liberação das drogas. Além disso, Eduardo Cunha apresentou projeto que institui o Dia do Orgulho Hétero.⁵⁷ Estes projetos possuem pontos muito polêmicos e sob uma ótica sociocultural demasiada conservadora. A guisa de exemplificação, é possível citar o Projeto de Lei nº 1.763/2007. A tal projeto que prevê o pagamento de um salário mínimo durante 18 anos para mulheres vítimas de estupro, para que mantenham a gravidez e criem seus filhos, acresce-se ainda a autorização de que psicólogos ligados ao segmento religioso da FPE façam atendimentos às mulheres vítimas de violência sexual buscando convencê-las de que vida da gravidez precisa ser mantida. Essa perspectiva gera problemas porque o Código de Ética dos profissionais de Psicologia proíbe qualquer interferência a partir de “convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual”, ainda que tudo isso esteja presente na constituição da personalidade.⁵⁸

⁵⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projetos de Leis e Outras Proposições. *PEC 99/2011*: Proposta de Emenda à Constituição. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=524259>>. Acesso em: 23 maio 2015.

⁵⁶ GOZATTO, Marcelo. Saiba como a bancada evangélica pode mudar a sua vida. *Zero Hora*, 23 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/saiba-como-a-bancada-evangelica-pode-mudar-a-sua-vida-4704370.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

⁵⁷ CARVALHO, Daniel. Cunha quer criar o Dia do Orgulho Hétero. *Estado de São Paulo*, 12 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-quer-criar-dia-do-orgulho-hetero,1633661>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

⁵⁸ SEVERO, Felipe. Um estado laico com Bancada Evangélica. *Revista o Viés*, 12 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/12/um-estado-laico-com-bancada-evangelica/>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

2 RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL: NOVAS CONFIGURAÇÕES

Nas décadas recentes, o Brasil tem testemunhado significativo crescimento de setores do neopentecostalismo. Os últimos dois pleitos eleitorais no Brasil foram palco de intenso debate sobre temas de saúde pública, tendo estes setores como interlocutores junto a outros grupos. Neste debate, setores neopentecostais jogaram um papel importante na agenda pública, especialmente no segundo turno, quando questões sobre aborto, políticas de redução de danos e, mais especificamente, em 2014 a questão das políticas sociais, foram colocadas em discussão pelas candidaturas; ameaças de colocar fim ou limitar os investimentos em políticas de caráter social foram veiculadas por setores e grupos políticos de maneira intensa nas redes sociais. A internet, autorizada para as eleições presidenciais de 2010, teve novamente, em 2014, importância fundamental. Trata-se de um novo espaço que parece ter sido estabelecido definitivamente na situação contemporânea.

Desde a segunda metade dos anos 2000, o Brasil tem vivenciado expectativas relevantes de crescimento econômico e, pela primeira vez em sua história, grupos sociais excluídos têm sido incluídos em políticas públicas eficazes de assistência social. Embora o país sinta os efeitos da recessão mundial de 2008, especificamente nos últimos dois anos, um grande contingente das camadas sociais, historicamente segregadas das riquezas do país, vivencia experiências amplas e variadas de inclusão social. Muitos destes setores são alcançados pelo neopentecostalismo, bem como por toda uma vertente conversionista. Um dos fenômenos mais espetaculares que o país tem presenciado é o grande crescimento dos setores considerados “pentecostais” e “neopentecostais”, formas carismáticas de protestantismo, as quais aderem a formas de mercado concorrencial para dinamizar seu crescimento.

Com presença constante na mídia brasileira, muitos desses grupos adotam as mais variadas formas possíveis de veiculação de suas mensagens. Desde que a internet foi liberada para uso em campanhas políticas, o que abriu janelas até então desconhecidas, vem ocorrendo campanhas e debates constantes nos mais variados meios de interlocução digital. O que se vê é um acirrado debate em torno de temas que perfazem a atmosfera teológica e doutrinal desses grupos, acirrando assim uma verdadeira disputa por determinados aspectos conceituais. O debate não é calmo e gentil. Pelo contrário, simbolicamente violento. No entanto, é possível retirar algo de bom dessa experiência? Talvez a consideração de que com uma maior disputa no mercado religioso, maior participação em debates amplos seja a grande positividade a ser retirada dessa experiência.

Buscaremos apresentar o contexto religioso e as primeiras experiências de uso da internet em pleitos presidenciais no Brasil. Avaliar como foram os processos não é o objetivo deste trabalho, mas apontar a importância para os debates públicos da participação de setores religiosos e suas demandas para a esfera pública. A intenção é apontar para a possibilidade de certa abertura, no plano público, para temas considerados tabus por parte de grupos religiosos que flertam com tendências carismáticas.

Num primeiro momento avaliaremos o contexto religioso que forma o âmbito de demandas religiosas ao campo político. Em seguida, a inserção dos grupos religiosos na vida política e sua atuação, bem como as demandas provenientes das igrejas e as suas dificuldades.

2.1 O Contexto Religioso Brasileiro

O contexto religioso brasileiro é constituído por uma gama incrível de religiões que disputam espaços cada vez maiores no assim chamado mercado religioso. As hostilidades recíprocas se dão desde a época colonial em que a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) era reconhecida como igreja oficial. No entanto, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, por conta das hostilidades napoleônicas, outras denominações religiosas passaram a se fazer presentes no território com mais especificidade como os anglicanos, luteranos e metodistas, etc. Quando da proclamação da Independência do Brasil, em 1822, já se discutia uma maneira de colonizar o sul do país que ainda não possuía fronteiras definidas e era constantemente assediado por interesses espanhóis. A maneira encontrada de resolver a questão da colonização foi convidar colonos, da Europa Central, a vir para o Brasil tentar uma nova vida, uma vez que aquela região passava por perturbações sociais e demográficas.⁵⁹ Assim, a colonização europeia definiu os parâmetros de outra religiosidade presente de maneira efetiva na *terra brasilis*, a protestante. Essas imigrações trouxeram luteranos, batistas, menonitas, valdenses, presbiterianos, congregacionalistas, etc.⁶⁰

No mesmo período em que as imigrações europeias traziam junto a sua bagagem várias experiências religiosas, grupos protestantes dos Estados Unidos da América do Norte (EUA) enviavam missionários para evangelizar o Brasil. Desta empreita, nasceu a Igreja Presbiteriana do Brasil, que dará à luz outras denominações como a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Presbiteriana Unida, Igreja Presbiteriana Renovada, entre outras. Não somente vieram missionários do EUA, mas também colonos para trabalhar nas empresas de café; e estes eram batistas, os quais deram início ao grande número de denominações que perfazem o contexto batista brasileiro.⁶¹

No início do século XX, em 1911, passam a ter lugar no ambiente religioso os grupos mais pentecostais. Há poucos anos, a própria mídia brasileira cobriu as comemorações dos 100 anos da Assembleia de Deus no Brasil.⁶² Desta instituição, cindiram-se muitas outras. Entre os imigrantes italianos, nasceu a Congregação Cristã no Brasil, quase que na mesma época. Por conta da Proclamação da República, em 1889, essas denominações puderam ter maior liberdade de expressão,

⁵⁹ GERTZ, René E. Os luteranos no Brasil. *Revista de História Regional*, 6(2): 9-33, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2129/1610>>. Acesso em: 14 maio 2015.

⁶⁰ DREHER, Martin. *História do povo de Jesus*. São Leopoldo: Sinodal, 2013. p. 237.

⁶¹ REIS PEREIRA, J. *Breve História dos Batistas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1979. p. 35-38.

⁶² CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 100-115, set./nov., 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/67/08-campos.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.

embora a ICAR ainda tivesse a preponderância junto ao Estado, mesmo não sendo mais a religião oficial. A relação entre os grupos “ditos” republicanos e a ICAR se tornará cada vez mais tensa no decorrer das primeiras décadas da República.

As denominações consideradas de protestantismo histórico tinham nas ações ligadas ao conjunto comunitário seu meio de articulação e de comunicação de sua proposta religiosa, tendo, via de regra, na área da educação e dos trabalhos de assistência social maior empenho.⁶³ As denominações pentecostais ficaram relegadas ao interior do país e eram especialmente alheias aos desenvolvimentos da política e de outras questões sociais. Somente mais tarde, com sua inserção massiva em contextos urbanos, é que elas passarão a jogar papel mais significativo na cena social e política do país.

Como pano de fundo do surgimento dos grupos protestantes, históricos e pentecostais, estão as muitas expressões de cultos de matriz africana e indígena. O pentecostalismo se infundirá nestas expressões de maneira irreversível.⁶⁴ Mesmo combatendo as expressões religiosas dos muitos grupos afro-brasileiros e indígenas, as denominações pentecostais flertam profundamente com elas. Hoje, muitas das denominações neopentecostais mais conhecidas são consideradas pelos sociólogos da religião como uma versão urbana desses cultos, pois os cultos afro-brasileiros são formas não citadinas de religiosidade, pelo menos em sua origem.

2.2 As tendências neopentecostais

A partir da segunda metade do século XX, os grupos pentecostais passaram a atuar em centros urbanos com maior intensidade. Somente após oitenta anos da proclamação da República é que a separação entre Igreja-Estado firmou um ambiente realmente propício à atuação proselitista. Com a secularização do Estado, a pluralidade se tornou uma tendência de mercado religioso, uma vez que o padrão de atuação é o próprio mercado de tendência capitalista concorrencial.

Em meados da década de 1970, uma outra forma de expressão protestante surge forte no cenário religioso, o assim denominado neopentecostalismo. Ele é caracterizado por romper com a versão anterior em aspectos de usos e costumes e radicalizar sua imersão e flertes com as expressões afro-brasileiras e com o próprio catolicismo. Esta forma de novo pentecostalismo, a interação com os cultos afro-brasileiros e com o catolicismo é muito mais intenso. Assume-se o sincretismo religioso como uma estratégia de mercado.⁶⁵ Aqueles elementos considerados anteriormente pelas igrejas pentecostais como "obras do Diabo" são agora relidos em novos patamares de interação e comunicação simbólica. O sal grosso, a arruda, a música sincopada, as vestes de rituais já não são

⁶³ DREHER, 2013, p. 244.

⁶⁴ MACEDO, Emiliano Unzer. *Pentecostalismo e Religiosidade Brasileira*. Tese. 262 f. (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_EMILIANO_UNZER_MACEDO.pdf>. Acesso em: 14 maio 2015.

⁶⁵ MACEDO, 2007, p. 113-115.

mais elementos refugados, mas, sim, veículos de comunicação. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se combatem violentamente as expressões religiosas não “evangélicas”, embora isso seja relativo, pois muitas vezes as denominações se digladiam em suas campanhas proselitistas, suas características cúlticas são adaptadas em novos sentidos e colocadas em novas roupagens.⁶⁶

O último senso realizado pelo IBGE mostra um crescimento significativo de grupos protestantes e a retraição dos membros que se declaram católicos. A partir dos anos 1980, houve um crescimento constante destes grupos. A migração do campo para a cidade mudou amplamente a demografia sociorreligiosa, e parece que continuará assim.

O Brasil ainda é a maior nação católica do mundo, mas, na última década, a Igreja teve uma redução da ordem de 1,7 milhão de fiéis, um encolhimento de 12,2%. Os dados são da nova etapa de divulgação do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A tendência de redução dos católicos e de expansão das correntes evangélicas era algo esperado. Mas pela primeira vez o Censo detecta uma queda em números absolutos. Antes do levantamento de 2010, o quadro era apenas de crescimento de católicos em ritmo cada vez menor. Mantida essa tendência, em no máximo 30 anos católicos e evangélicos estarão empatados em tamanho na população. Os números mostram uma redução acentuada de poder da Igreja Católica no país nas últimas décadas: a mudança foi lenta entre 1872 e 1970, com perda de 7,9% de participação no total da população ao longo de quase um século; e tornou-se acelerada nos últimos 20 anos, quando a retração foi de 22%.

A Igreja Católica é compreendida como um grande campo missionário. As igrejas conversionistas não aceitam a ideia de que a fé entre os católicos seja algo que deva ser aceito como verdadeiro. Acredita-se que a fé católica não corresponda ao seguimento "verdadeiro" de Jesus. Nesse sentido, há uma luta histórica destes grupos contra a hegemonia do catolicismo na cultura brasileira. Deste modo, sua inserção iniciada pelo medo de um retrocesso nas liberdades religiosas, passou também cada vez mais para outros âmbitos e na última década chegou mesmo a compor parte da propaganda em favor de determinados governos. Uma mudança significativa em algumas décadas.

Essas expressões neopentecostais passaram a usar abundantemente os meios de comunicação. A partir da elaboração da Assembleia Constituinte de 1988, houve uma mudança sensível nos grupos pentecostais e neopentecostais. A percepção de que era preciso participar das decisões políticas do país ganhou corpo nas diretrizes e isso redundou, no decorrer dos anos seguintes, no ingresso cada vez maior de candidatos evangélicos na vida política do país.⁶⁷

⁶⁶ MACEDO, 2007, p. 128.

⁶⁷ No Brasil, o termo evangélico é usado para descrever todos os grupos protestantes, ou seja, não católicos. Embora seja inicialmente uma designação para os luteranos, a imprensa brasileira redefiniu o uso do termo a partir das primeiras décadas do século XX. Assim, hoje, no Brasil, todos os grupos religiosos protestantes são tidos por “evangélicos”, mesmo aqueles que não o são por princípio como os mórmons e as Testemunhas de Jeová, etc. DREHER, Martin, 2013, p. 237.

Os neopentecostais romperam com certas tendências tidas por “tradicionais” que impediam o crescimento efetivo do número de membros. Essa expressão teve muitos vieses a partir do final dos anos de 1980 e início da década de 1990. São registradas muitas formas de denominações que pautam seus trabalhos em atividades que privilegiam os trabalhos com jovens e as ações de curas e libertação (exorcismos). A maior denominação neopentecostal do Brasil, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), possui uma estrutura episcopal (imita a ICAR) e suas atividades são pautadas em “campanhas de vitória”, um método de incentivar aceites à fidelidade de Deus, a bênção é vinculada ao aceite dos desafios à fidelidade divina. Caso a pessoa que procura a denominação aceite os desafios propostos pela instituição, o retorno se substanciará em “bênçãos” materiais. Há uma *Teologia da Retribuição* muito bem articulada pelas lideranças da IURD. A denominação postula a *Teologia da Prosperidade* nas linhas definidas pelo pastor norte-americano Kenneth Hagin.⁶⁸

A *Teologia da Prosperidade* não se reteve aos âmbitos das denominações neopentecostais, mas se espalhou por muitas denominações protestantes do Brasil, independente da tradição, caracterizando-se como um poderoso movimento intereclesial. Essa forma de teologia atinge desde as igrejas historicamente constituídas neste modelo até as historicamente mais bem estruturadas em termos teológicos, como é o caso das igrejas presbiterianas e metodistas, etc. Há autores que definem esse fenômeno como um tipo de teologia de resistência, definem-no como uma complexa adaptação religiosa ao neoliberalismo. Outros há que definam tal movimento e prática como a completa transformação da religião em termos urbanos. O fato é que, nesta modalidade, são relativizadas quaisquer formas que se coloquem como barreiras às estratégias de um mercado caracterizado pela religião como produto, estruturado por demandas simbólicas.

A mídia, a música e a arte, a política, as ações de caráter assistencial, a educação, entre outras expressões da sociedade são formas de instrumentalizar a adesão de novos adeptos. Nos últimos anos, é a internet que tem sido um instrumento importante na divulgação dos objetivos destes grupos religiosos. A comunicação que a internet vem possibilitando abre novas possibilidades de interação simbólica. São dilatadas as formas de comunicação entre essas denominações e seus *stakeholders da fé*.⁶⁹

2.3 Os grupos religiosos e a política

⁶⁸ HAGIN, Kenneth E. *A autoridade do crente*. São Paulo: Graça Editorial, [19--].

⁶⁹ Stakeholders é um termo que significa *público estratégico*. É uma palavra do mundo dos negócios que descreve uma pessoa ou grupo que faz um investimento ou tem ações ou interesse em uma empresa, negócio ou indústria. É público para o qual não somente trabalham, mas de onde se originam os atores que vinculam ações de articulação para o protagonismo desse grupo originador. Mariana Galvão Lyra. O papel dos stakeholders na sustentabilidade da empresa: contribuições para construção de um modelo de análise. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v.13, n. spe, June, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552009000500004>>. Acesso em: 13 maio 2015.

Nas duas últimas eleições presidenciais brasileiras, vários setores neopentecostais e pentecostais, apoiados por outros setores de extratos sociais diversificados e também caracterizados por matiz fortemente contrária a temas como aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo, lideraram campanhas de forte tendência conservadora por meio da internet, algo novo em muitos sentidos. Primeiro, porque as próprias campanhas eleitorais estiveram cheias de novidades; segundo, porque, pela primeira vez, os chamados "grupos evangélicos" participaram ativamente nos debates por meio de lideranças e as redes sociais foram invadidas por defesas de pautas fundamentais a estes grupos, como é o caso do tema da família em moldes tradicionais. É verdade que tal participação foi quase sempre de maneira completamente apaixonada, sendo os critérios simplesmente a opinião formada no seio do grupo social e levados pelas informações que jorravam diariamente nas redes sociais e em redes sociais, *blogs* ou sites de grupos politicamente conservadores.

De fato, esses grupos tiveram uma participação efetiva na movimentação do eleitorado evangélico. Porém, sua colaboração foi apenas parcial na condução das eleições para o segundo turno.⁷⁰ De qualquer forma, o barulho e a propaganda que dinamizou parcelas consideráveis da população, simpatizantes da perspectiva defendida por eles, foi o mais notável. Esses fenômenos uniram, de forma inédita, católicos e evangélicos na luta contra um inimigo comum, nos dois episódios a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) Dilma Roussef. Esses grupos atacaram a candidatura do PT por entenderem que ela era responsável por leis e diretrizes, expressas na proposta de um Plano Nacional de Direitos Humanos, que estaria ferindo a liberdade religiosa. Coisas como o famigerado "Kit Gay" nas escolas foi motivo para a união de grupos díspares em certos termos, mas unidos na luta contra propostas do governo representado pela candidata do PT. Nesse sentido, houve um ataque massivo às propostas consideradas questões de saúde pública como a questão do aborto, da homofobia e das políticas de redução de danos. No entanto, algo que chama a atenção nestes episódios são as formas como foram conduzidos os debates pela internet. A violência simbólica tomou lugar de possíveis confrontos reais, a reação a medos e o sempre presente receio da perseguição religiosa passou inclusive a fazer parte de boatos como fim de programas sociais e o congelamento de contas bancárias ao estilo governo Collor de Melo.⁷¹

As denominações protestantes históricas, mais relegadas aos pressupostos da separação radical entre Igreja-Estado, tendem a não deixar a mistura religião-política passar impunemente na esfera comunitária, enquanto as denominações pentecostais e neopentecostais têm mostrado uma

⁷⁰ AS ELEIÇÕES e a cruzada moral de católicos e evangélicos. Entrevista especial com Ricardo Mariano a IHU, Instituto Humanitas, Unisinos, São Leopoldo, 28 out. 2010. Disponível em: <<http://evangelicoseleicoes2010.blogspot.com/2010/10/as-eleicoes-e-cruzada-moral-de.html>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

⁷¹ Rede de Escândalos: Caso Collor. VEJA. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/perfil/fernando-collor-de-mello.shtml?scrollto=conteudo-rede>>. Acesso em: 15 maio 2015.

abertura radical para os interesses políticos dentro dos próprios templos religiosos.⁷² Muitos líderes religiosos destas tendências têm demonstrado apoio a certos candidatos e feito campanha contra os candidatos contrários.⁷³ A retomada com força da Bancada Evangélica nesse contexto constitui-se como algo consequente, marcada por deputados e senadores destas tendências ela atuará para ampliar a influência de suas convicções.⁷⁴

É importante frisar que não tem havido unanimidade a respeito das candidaturas do PT, ou mesmo no apoio a candidatos "evangélicos", em todos os níveis de pleitos eleitorais, sejam eles à presidência ou aos cargos do legislativo em suas várias dimensões. A filiação religiosa não postula, consequentemente, fidelidades políticas. Embora as lideranças tenham a postura de influenciar o voto dos membros, tal coisa se dá de maneira difusa. No caso de convergências de compreensão ideológica, a coisa se estendeu da maneira de entender a teologia à forma como deve andar o mundo. Entretanto, nem sempre as coisas vêm sendo pautadas pelo cálculo objetivo, pois muitos dos membros de denominações calcadas na *Teologia da Prosperidade* são auxiliados pelas políticas de distribuição de renda como é o caso do Bolsa-Família. E a maior denominação neopentecostal, a IURD, fechou apoio à candidata do PT, Dilma Roussef, demonstrando assim a descontinuidade do processo alarmado por alguns setores.

2.4 Os grupos religiosos conservadores e o uso da internet

Desde a Constituinte de 1988, a Bancada Evangélica assumiu a tarefa de defender os bons costumes cristãos, os valores da família e os princípios da liberdade religiosa, fundamentada na ideia e lema do “irmão vota em irmão”, em franca oposição aos intentos feministas e homossexuais por direitos sexuais e reprodutivos.⁷⁵ Nesse sentido, a Frente Parlamentar Evangélica vem fazendo dobradinha com outros parlamentares católicos ou conservadores que também se identificavam como “tradicionalistas” no plano moral.

O grande objetivo é a defesa da moral cristã e dos bons costumes. Para tanto, tornou-se imprescindível o ataque a propostas apresentadas por setores mais progressistas. Temas como aborto, união civil de pessoas homossexuais, legislação que tornasse crime a violência familiar, entre outros, estão continuamente sob a suspeita de agredir a suposta liberdade religiosa dos "evangélicos". Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e sua reeleição em 2006, e a apresentação de

⁷² MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, sept./dec., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000300010&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 mai. 2015.

⁷³ BARSETTI, Silvio. Marina pagará pela soberba!, diz o pastor Silas Malafaia. *Estadão*, 05 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,marina-pagara-pela-soberba-diz-o-pastor-silas-malafaia,1571502>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

⁷⁴ Bancada Evangélica no Congresso encolhe, aponta Diap. *Folha online*, 11 nov. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u85068.shtml>>. Acesso em: 13 mai 2015.

⁷⁵ A este respeito, conferir a análise desenvolvida por: FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994.

um novo Plano Nacional de Direitos Humanos (III PNDH), os setores conservadores passaram a atacar frontalmente o governo, pois entendiam que essa nova proposta acompanhada de um projeto de lei que tornava crime a homofobia (Projeto de Lei n. 122)⁷⁶ era definitivamente a consubstanciação de uma provável perseguição aos “cristãos”, uma vez que o Estado tentava criar uma lei denominada por eles de “mordança gay”.⁷⁷ No Brasil, os grupos evangélicos fundamentados em uma perspectiva que orbita aspectos fundamentais da *Teologia da Prosperidade* alimentam a antiga ideia de que as desgraças são devidas ao desrespeito pelos "estatutos da divindade"; uma forma de adaptar ideias teocráticas antigas ao atual estado laico brasileiro. Sendo assim, caso os legisladores consigam aprovar institutos legais, segundo a interpretação destes grupos religiosos, o país sofrerá consequências aos moldes das catástrofes veterotestamentárias.⁷⁸ Algo similar ocorre nos EUA, onde grupos mais radicais atribuem desgraças sociais à falta de obediência da nação aos “Mandamentos do Senhor”.⁷⁹

O uso da internet para campanhas eleitorais, no Brasil, teve início em 2009, quando foi permitido o uso de websites oficiais, sendo vedado o uso de sites de relacionamentos. Os sites deveriam sair do ar 48 horas antes do início das eleições e poderiam retornar 24 horas depois do pleito. Eram vedadas doações diretas aos partidos e anúncios pagos na rede. Neste mesmo ano, foi aprovado pelo Congresso Nacional a Reforma Eleitoral para entrar em vigor no ano seguinte. A partir de então foram liberados o uso de sites jornalísticos, *blogs*, redes sociais, e a veiculação de e-mails livremente. Proibia-se o anonimato e se garantia o direito de resposta aos candidatos que se sentissem atingidos por informações e notas não verídicas. Foram liberadas, ainda, doações por pessoas físicas e os sites e *blogs* não precisariam sair do ar. No entanto, permaneceu a proibição de publicação de anúncios pagos. A propaganda político-partidária na internet, em tempos eleitorais, passou a ser permitida a partir do dia 5 de julho do ano de eleição, assim como nos outros meios de comunicação. No entanto, manifestações de simpatizantes na rede são permitidas sem data definida para seu início, desde que não existam pedidos formais de voto.

O novo elemento globalizante (internet) agregado aos meios de propaganda política, durante o pleito para a presidência da república de 2010. Tendo na experiência norte-americana – o caso da campanha de Barack Obama – um exemplo de como proceder à propaganda política *online*, a Justiça Eleitoral Brasileira permitiu aos candidatos seu uso. No entanto, a experiência brasileira demonstrou

⁷⁶ MELO, Itamar. Projeto que criminaliza a homofobia aguarda votação no Congresso há oito anos. *Zero Hora*: legislação, 12 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/br/noticias/noticia/2014/09/projeto-que-criminaliza-a-homofobia-aguarda-votacao-no-congresso-ha-oito-anos-4596691.html>>. Acesso em: 13 maio 2015.

⁷⁷ As questões apontadas nessa proposta tentavam coibir manifestações de intolerância religiosa, sexual, descriminalizar o aborto, retirar dos estabelecimentos do Estado os símbolos religiosos cristãos, oficializar a união civil de homossexuais e a adoção de crianças por estes casais, entre outras questões.

⁷⁸ Edir Macedo revela plano político em livro. *Gazeta do Povo*, 21 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/edir-macedo-revela-plano-politico-em-livro-b6szo3aa5rx7he0tu47glmjwu>>. Acesso em: 13 maio 2015.

⁷⁹ WILKERSON, David. A Crise Mundial - Uma Palavra de Deus. In: YOUTUBE.COM. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zXRAIrOnim0>>. Acesso em: 14 maio 2015.

um nível de debate superficial e extremamente violento. A veiculação de dados falsos e ataques aos candidatos, com o uso de falsas informações, foram abundantes.⁸⁰ As candidaturas foram difamadas reciprocamente pelos partidários.

A veiculação de mensagens com dados falsos ou distorcidos foi intensa. Mesmo entre os evangélicos, que alardeiam como um dos princípios evangélicos fundamentais a proibição de não difamar o próximo, viu-se algo estranho até então, manifestações virulentas e mensagens que misturavam extremismo político de teor conservador entrelaçado com opiniões tomadas ao senso comum e, por vezes, ataques de caráter racial e elitista contra a base de sustentação eleitoral do PT, com especial referência ao nordeste brasileiro.

Em 2010, sendo a candidata Dilma Rousseff escolhida pelo então presidente Lula para substituí-lo na presidência, as pesquisas de intenção de voto (opinião pública) creditavam sistematicamente à candidata do PT vitória certa por 51-59%, no primeiro turno.⁸¹ Porém, ela não conseguiu maioria absoluta, e teve de trabalhar com mais afinco no segundo turno. Alardeou-se que um dos motivos para que o candidato do PSDB, José Serra, conseguisse levar a decisão para o segundo turno, teria sido a temática relacionada a questões que já vinham sendo discutidas desde o primeiro mandato do Presidente Lula, isto é, os temas elencados pelo III PNDH, o que não se verifica a partir dos dados estatísticos.⁸²

No decorrer da campanha, houve algumas mudanças significativas nas declarações dos candidatos a respeito de determinadas questões, na tentativa de não perder os votos de determinados grupos, e a religião foi um destes temas. A candidata do PT se assumiu, depois de se dizer agnóstica, como católica.⁸³ Correr o risco de ser considerada uma pessoa sem valores religiosos foi um ônus que a candidata parece não ter desejado. De fato, no Brasil, esta tem sido uma tônica presente nas campanhas, ou seja, candidatos arreligiosos não são bem vistos por grande parcela do eleitorado. Segundo pesquisas como a do Instituto Datafolha, de 26 de outubro de 2010, mostrou que aproximadamente 36% do eleitorado vê como “muito importante” que o candidato à presidência “seja

⁸⁰ JARDIM, Lauro. PT X Evangélicos: 2 milhões de acesso à internet. *Veja*, 21 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/eleicoes-2010/pt-x-evangelicos-2-milhoes-de-acessos-na-internet/>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

⁸¹ A Constituição Brasileira prevê que um candidato é vencedor quando alcançar 50% ou mais. OLIVEIRA, Juarez (Org.). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1988.

⁸² Voto evangélico sob a lupa de pesquisadores. *Instituto Humanitas*, 27 nov. 2006. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=1240>. Acesso em: 27 jul. 2011.

⁸³ MARIANO, Ricardo. *Religião e política nas eleições presidenciais de 2010*. XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: 26 a 29 de Julho de 2011, Curitiba (PR). GT 19: Religião e Modernidade. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/30_6_2011_19_2_29.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2011.

religioso”, enquanto que 15% considerou “um pouco importante”.⁸⁴ De outro lado, um percentual próximo a 47% considerou “nada importante” se o candidato é ou não uma pessoa religiosa. Isso mostra que em um pleito decidido em dois turnos, os 36% de eleitores que consideram ser o candidato uma pessoa religiosa algo importante se torna relevante na consideração de qualquer candidato a presidente. Em se tratando de uma disputa apertada, os temas religiosos acabam sendo reconhecidos publicamente como necessários na discussão de quem deseja agradar os setores interessados na temática.⁸⁵

Dilma Rousseff, que se proclamou católica e é a herdeira política de Lula, elegeu-se com 46%. Seu principal oponente, o social democrata católico José Serra, foi derrotado no segundo turno ficando com 32%, e a evangélica Marina Silva ficou com 19%. Marina, que por muitos anos foi membro do PT, disputou as eleições pelo Partido Verde (PV).⁸⁶ Todos se identificam com posições de caráter socialista. Aliás, todos os candidatos que apareceram nas pesquisas – os quatro primeiros – são autoidentificados com as propostas socialistas.

O elemento mais importante nesse processo todo foi, com certeza, a manifestação objetiva de setores religiosos que, historicamente, sempre tenderam a ficar em posições dissimuladamente próximas ao conservadorismo anti-progressista. O aparecimento de líderes evangélicos em campanhas eleitorais foi um passo importante para a definitiva inserção destes setores nas discussões políticas e sociais do país. Isso indica uma progressiva inserção nos debates que vêm sendo estabelecidos desde a aprovação da Constituinte Brasileira, em 1988. Muitos avaliaram como reacionária a participação destes evangélicos e católicos, porém, se for avaliado que nesse processo as lideranças chamaram os fiéis para a discussão de forma efetiva, há de se ter uma concreta manifestação de opinião em esfera pública, algo imprescindível ao bom andamento de um Estado Democrático de Direito.

A grande problemática surgida nos debates das últimas duas eleições é a flagrante confusão entre as esferas pública e privada. Uma análise mais atenta ajudaria a demonstrar que existe uma grande falta de informação sobre a questão, ou transparência por parte do legislador. Muitos dos temas são concebidos como estendidos de maneira indistinta a ambas as esferas, isto é, temas de interesse privado entrando no público e do público perfazendo o privado. Vinculou-se que com a aprovação do PNDH III ocorreria um tipo de “mordaca” a respeito de determinados temas como a proibição da proclamação da mensagem religiosa nos termos de “denúncia” de certas práticas. Isso é verdade, em

⁸⁴ Religião e política. A instrumentalização recíproca. Entrevista especial com Ricardo Mariano. *IHU*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515175-religiao-e-politica-a-instrumentalizacao-reciproca-entrevista-especial-com-ricardo-mariano>>. Acesso em: 14 maio 2015.

⁸⁵ Segundo o sociólogo Ricardo Mariano, pesquisas do Instituto Datafolha de 26-29/11/2007 e de 26/10/2010 revelam que, no período em questão, aumentou de 31% para 36% a proporção de eleitores que consideram “muito importante” que o candidato “seja religioso”.

⁸⁶ Marina Silva deixa o PV após dois anos no partido: Ex-senadora entrou na legenda já com a garantia de disputar a Presidência. *R7 Notícias*, 07 de julho de 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/marina-silva-deixa-o-pv-apos-dois-anos-no-partido-20110707.html>>. Acesso em: 14 maio 2015.

parte, pois a proclamação da mensagem religiosa, em âmbito privado ou público, é garantida pela própria Constituinte. A proibição estaria centrada na vinculação de determinada prática de uma pessoa à sua exclusão de alguma função considerada pública, um emprego numa empresa (se um evangélico contratasse alguma pessoa homoafetiva e a demitisse por causa da sua orientação sexual poderia ser processado), por exemplo.

A separação entre público e privado tem sido um problema nas discussões entre esses setores e os grupos interessados na aprovação de certas leis que venham a coibir situações de violência e morte.⁸⁷ O Brasil é o campeão em assassinatos de pessoas homossexuais.⁸⁸ Alega vários deputados e líderes evangélicos, que a maioria destes assassinatos são crimes.

Em 2014, houve novamente a candidatura da presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato e os temas como aborto e casamento gay apareceram novamente. Porém, dessa vez surgiu uma candidatura oficialmente vinculada ao mundo evangélico, a do Pastor Everaldo Pereira pelo Partido Social Cristão (PSC). Além disso, algo também curioso e sintomático, um aumento de 40%, em relação ao pleito de 2010, de pastores candidatos ao legislativo e executivo.⁸⁹ Além da candidatura do Pastor Everaldo Pereira, teve novamente Marina Silva entrando na disputa após o candidato Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) morrer num trágico acidente de avião.⁹⁰ Além disso, a candidatura de Levy Fidelix pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) capitaneou temas defendidos pela Bancada Evangélica, sendo, inclusive, processado pelo Ministério Público por declarações homofóbicas durante os debates.⁹¹

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou a candidatura de 32 bispos (25% a menos do que em 2010) e 23 padres (15% a mais). O PSC liderou as indicações de pastores, foram 37 pastores, sendo deles, o Pastor Everaldo, candidato à presidência da República. Nas pesquisas do Datafolha e do Ibope, ele aparecia em quarto lugar com 3% das intenções de voto. Ao final do pleito manteve a colocação com 0,75% dos votos, ficando à frente de Eduardo Jorge, do Partido Verde (PV), com

⁸⁷ Brasil: 198 Homossexuais Mortos em atos homofóbicos em 2009. *Diário Liberdade*: portal anticapitalista da Galiza e os países lusófonos, 07 mar. 2010. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=821:brasil-198-homossexuais-mortos-em-atos-homofobicos-em-2009&catid=57:mulher-e-lgbt&Itemid=70>. Acesso em: 29 jul. 2011.

⁸⁸ GIORGI, Maju. Pelo direito de ser. Entrevista concedida a DIÓGENES, Juliana em 22 de novembro de 2014. *Estadão*. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,pelo-direito-de-ser,1596345>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

⁸⁹ ALESSI, Gil. Número de pastores candidatos cresce 40% nestas eleições. *UOL*, São Paulo, 29 de julho de 2014. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/29/eleicoes-terao-270-pastores-21-bispos-e-16-padres.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

⁹⁰ FERNANDES, Marcella. Após substituir Eduardo Campos na disputa à Presidência, Marina Silva lidera corrida eleitoral em Pernambuco. *Brasil Post*, 27 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2014/08/27/marina-ibope-estados_n_5722580.html>. Acesso em: 14 mai. 2015.

⁹¹ Justiça condena Levy Fidelix por declarações sobre homossexuais, 16 de março de 2015. São Paulo. *G1*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/justica-condena-levy-fidelix-por-declaracoes-sobre-homossexuais.html>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

0,61%, e Levy Fidelix, com 0,43%.⁹² Outro dado interessante é o fato de que os partidos de esquerda tiveram maior número de indicações de padres católicos: foram cinco (5) do PT e três (3) do PCdoB. Não houve nenhuma candidatura que tenha adotado o termo rabino ou imã.

Nos últimos dez anos, a população evangélica do Brasil cresceu 61,5%, chegando a marca de 42,3 milhões de fiéis, aproximadamente 22,2% da população brasileira, de acordo com os dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em 2012. Desta forma, o voto desta camada da sociedade passa a ser cortejado pelas candidaturas mais expressivas, tanto pelo PT, quanto por seu principal adversário, o PSDB. Isso fica evidente em eventos como a inauguração do Templo de Salomão da Igreja Universal do Reino de Deus. O local tem 74 mil metros quadrados de área construída (3,2 vezes maior a Basílica de Nossa Senhora Aparecida), o equivalente a 18 andares de altura e capacidade para 10 mil pessoas assentadas.

O Pastor Everaldo participou de cultos evangélicos em Brasília e intercalou orações e promessas para o futuro do país, ao longo de sua candidatura. Como a lei eleitoral proíbe a realização de campanha dentro de templos religiosos, o que nem sempre é respeitado, as articulações das disputas e debates são organizadas em espaços de eventos e na veiculação de programas de TV e pela internet.⁹³ Se configurado o descumprimento da regra, o candidato pode ser multado por propaganda irregular. Essas articulações ganham a presença de líderes como Silas Malafaia, Edir Macedo, R.R. Soares, Robson Rodovalho, Valdomiro Santiago etc.

Um dos efeitos da grande participação de lideranças evangélicas nas eleições de 2014 foi o surgimento de uma nova agenda conservadora no Brasil, sendo a eleição do pastor Eduardo Cunha para presidente da Câmara Federal seu efeito mais significativo. Eduardo Cunha, deputado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tem atuação em demandas com forte ênfase no campo da moral. Durante sua campanha à Assembleia Federal pelo Rio de Janeiro, em 2014, publicou vários anúncios em jornais explicitando sua contrariedade ao aborto e a favor da família.⁹⁴ Aliada às campanhas tradicionais, entrou também na agenda da FPE a questão da redução da maioria penal, o estatuto da família (núcleo de pai e mãe), e a revisão do estatuto do desarmamento, além de mudanças na demarcação de terras indígenas (de agrado dos ruralistas). Temas de interesse, essas bancadas vem sendo chamadas de BBBs, isto é, bancadas da Bala (segurança pública), do Boi (Ruralistas) e da Bíblia (evangélicas), as quais vêm atuando em acordo na Câmara, demonstrando assim o poder de temas gestados dentro de parâmetros fomentados muito mais em sintonia com

⁹² ELEICOES2014.COM.BR. *Resultados para Presidente do Brasil (2º turno)*. Disponível em: <<http://www.eleicoes2014.com.br/candidatos-presidente/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

⁹³ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Lei n. 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.504-1997?OpenDocument>. Acesso em: 14 maio 2015.

⁹⁴ JORDÃO, Rogério. Deus, Propriedade e Liberdade: a ideologia do neoconservadorismo brasileiro. In: *Blog do Rogério Jordão*. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/blogs/rogerio-jordao/deus-propriedade-e-liberdade-a-ideologia-do-132023920.html>>. Acesso em: 14 maio 2015.

lugares comuns do que por meio de debates fundamentados em dados e estatísticas. O viés moral, e conservador, ganha aspecto de discurso legitimador do *status quo*.

A liderança de Eduardo Cunha ganhou destaque quando ele foi responsável pela eleição do deputado Marco Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados em 2013, uma das 22 comissões que a casa possui. Pastor da igreja Assembleia de Deus, o deputado é conhecido por ter ideias polêmicas como quando em 2011 publicou declarações em seu Twitter a respeito de africanos e homossexuais. Disse ele: "Sobre o continente africano repousa a maldição do paganismo, ocultismo, misérias, doenças oriundas de lá: ebola, AIDS, fome... Etc."⁹⁵ Ele publicou também em rede social que "a podridão dos sentimentos dos homoafetivos leva ao ódio, ao crime e à rejeição".⁹⁶

Quando foi empossado, Feliciano negou que fosse racista. Ele afirmou:

O trabalho que nós vamos executar aqui vai mostrar ao povo brasileiro. Caso eu houvesse cometido esse crime de racismo, a primeira pessoa para quem eu teria que pedir perdão na vida seria a minha mãe [...]. Uma senhora de matriz negra, só não tem a sua matiz negra - só a pele dela não é negra -, mas o sangue é negro, os lábios são negros, o coração dela é, como eu também sou".⁹⁷

No dia da eleição, vários deputados do PT deixaram a sessão, pois entendiam ser a escolha de Feliciano, indicado pelo PSC para ocupar o cargo, um retrocesso nas lutas e na própria atuação da Comissão de Direitos Humanos. O ex-presidente da comissão, deputado pelo PT, do Maranhão, Domingos Dutra, renunciou ao cargo recusando-se a dar continuidade à sessão, disse ele: "Me retiro nesse momento em nome do PT e me retiro em meio a uma ditadura que foi estabelecida aqui".⁹⁸ Feliciano, em sua defesa, declarou que se baseava na figura histórica do pastor norte-americano Martin Luther King Jr, mártir da luta pelos direitos humanos da população negra e prêmio Nobel da Paz. O objetivo na presidência da Comissão de Direitos Humanos era barrar temas considerados contra a família e de interesse das minorias como gays, negros, mulheres empobrecidas e contra ações de saúde pública que considera "antinaturais", como propostas de educação sexual em escolas.

O PSC, formado na maioria por evangélicos, dominou a comissão e votou vários temas considerados antigays. À frente da comissão, Feliciano defendeu a polêmica proposta chamada de

⁹⁵ BALZA, Guilherme. Deputado federal diz no Twitter que "africanos descendem de ancestral amaldiçoado". *UOL Notícias*, São Paulo, 31 de março de 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

⁹⁶ GALLUCCI, Mariângela. Gurgel pede que STF abra ação penal contra Feliciano por discriminação. *Estadão: política*, 09 de março de 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,gurgel-pede-que-stf-abra-acao-penal-contrafeliciano-por-discriminacao,1018994>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

⁹⁷ NÉRI, Felipe. Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos. *G1: Política*, 07 de março de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

⁹⁸ NÉRI, 2013.

"cura gay", um projeto de lei que busca anular partes da resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) na qual fica proibido aos psicólogos oferecer tratamento clínico para pessoas homoafetivas, tomando a situação como doença. Por hora, a proposta foi arquivada.

Outra vitória da FPE, organizada por Feliciano, foi a aprovação na comissão da convocação de plebiscito para consultar a população sobre a realização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, e a suspensão da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que possibilitou o casamento gay. O colegiado rejeitou um projeto de lei que pretende consolidar a oferta de benefícios previdenciários para parceiros do mesmo sexo.

A eleição de Feliciano resultou de acordos do PSC com o PT, que possuía a maioria dos deputados na Câmara Federal e de uma jogada de Eduardo Cunha. A FPE tentou articular a eleição para o ano seguinte do deputado Jair Bolsonaro, mas não conseguiu. Em 2015, foi tentada uma vice-presidência de Feliciano da Comissão de Direitos Humanos, mas acabou não acontecendo.⁹⁹

Atualmente, a liderança da Câmara dos Deputados sob a articulação de Eduardo Cunha tem gerado dificuldades e constrangimentos. Cunha é citado em delações na Operação Lava-Jato. Aliás, Cunha é historicamente conhecido por ter sido citado em outros episódios de corrupção da política nacional.¹⁰⁰ Sua atuação é ambígua. Faz parte da base governista, mas tem atuado de forma a derrubar projetos do governo. Sua atuação na terceirização de toda a cadeia produtiva foi recentemente tomada por setores sindicais como um retrocesso histórico.¹⁰¹ A recusa de instalação de uma CPI dos Planos de Saúde gerou também desconforto, uma vez que Cunha recebeu financiamento deste setor para sua campanha eleitoral, principalmente pelo Bradesco Saúde.¹⁰²

Deste quadro, vê-se que a internet possibilitou uma grande articulação da FPE desde as eleições presidenciais de 2010. Mas a internet cumpre papel instigador e operativo de determinadas demandas provenientes do mundo "evangélico" cuja luta e atuação histórica vinculam-se à liberdade de culto, ainda que seja conhecido o desejo de inibir a liberdade de outras expressões religiosas como é o caso dos cultos de matriz africana.

2.5 Demandas encabeçadas pela Frente Parlamentar Evangélica

⁹⁹ BRAGA, Isabel; ÉBOLI, Evandro. Feliciano recua e não dividirá a vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara com Jean Wyllys. *O Globo*, 11 de mar. de 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/feliciano-recua-nao-dividira-vice-presidencia-da-comissao-de-direitos-humanos-da-camara-com-jean-wyllys-15566640>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

¹⁰⁰ Rede de escândalos: Garotinho e a turma do chuisco. *Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/perfil/eduardo-cunha.shtml?scrollto=conteudo-rede>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

¹⁰¹ PELLEGRINI, Marcelo. O SUS na mira de Eduardo Cunha. *Carta Capital*, 21 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-sus-na-mira-de-eduardo-cunha-7587.html>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

¹⁰² BRASIL. Ministério da Justiça. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/situacao-eleitoral/titulo-e-local-de-votacao>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

É importante notar que a atuação da FPE não conseguiu ainda estabelecer unidade que permitisse certo suprapartidarismo, reunindo todos os parlamentares numa frente realmente coesa e estabelecida por padrões teológicos compartilhados. É certo que existe um discurso comum, mas ele é difuso em sua concretude. As igrejas evangélicas que se firmam na *Teologia da Prosperidade* fazem muito alarde de sua posição e elas, de fato, procuram influenciar o público que a elas se aproximam. Isso, no entanto, é muitas vezes tomado como algo maior do que realmente é. Tal se aplica à atuação da FPE na Câmara. Podemos citar como exemplo a Medida Provisória dos Portos, que teve uma emenda ao texto original proposta pelo deputado Leonardo Quintão (PMDB de Minas Gerais) e tachada pelo deputado Anthony Garotinho (PR do Rio de Janeiro) de "Tio Patinhas".¹⁰³ Gerando um conflito e debate a respeito. Ambos são ligados à Igreja Presbiteriana. Garotinho já foi processado por Benedita da Silva, que também é contrária ao deputado Feliciano por suas declarações de teor racista, e por Eduardo Cunha, ligado à Sara Nossa Terra e desafeto histórico de Garotinho. A única bancada por denominação que segue a risca orientações eclesiais é a da IURD, todos os seus deputados devem estar filiados ao Partido Republicano Brasileiro (PRP).

Segundo o DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, apenas quatro dos deputados da PFE aparecem entre os cem deputados mais influentes do Congresso, Feliciano, Benedita da Silva, Garotinho e Cunha. Para o deputado Robert de Lucena (Partido Verde de São Paulo) o escopo de atuação da FPE é a família nos moldes concebidos ao estilo patriarcal. Ele afirma que poucas vezes houve voto fechado de toda a FPE, como quando precisou-se endurecer a lei contra motoristas alcoolizados ou contra a venda de bebidas durante a Copa do Mundo de 2014. Nas comissões parlamentares, a única vez que houve hegemonia foi durante presidência de Feliciano na Comissão de Direitos Humanos.

¹⁰³ MAISONNAVE, Fabiano. Atuação de evangélicos na Câmara é restrita e dispersa. *Folha de São Paulo*, 26 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1284979-articulacao-da-bancada-evangelica-na-camara-e-praticamente-nula.shtml>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

3 TEOLOGIA PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES À FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E APOIO À VIDA

3.1 Teologia Pública

A *Teologia Pública* tem foco nas questões de interesse público. E somente são colocadas no debate público aquelas coisas que respondem a questões tomadas como problemáticas que precisam ser abordadas. Essa forma de teologia está livre para seguir a investigação e promover o debate sobre questões que consideram importantes, mas que podem ter escapado da "opinião pública". A teologia pode lançar uma nova luz sobre as questões e pode contribuir de maneira nova e estimulante para o debate e para a formação política.

É preciso dizer: a *Teologia Pública* não trata da promoção dos interesses da "Igreja" ou das igrejas. Nessa forma de fazer teológico, trata-se do desenho sobre os recursos, ideias e valores da compaixão da fé cristã para contribuir ao bem-estar da sociedade como um todo. Em termos gerais, a *Teologia Pública* pode contribuir nas várias áreas de preocupação social, tais como a situação do sistema prisional, a situação do meio ambiente, a da justiça social, dos direitos humanos e da infância e juventude, bem como da terceira idade, etc.

Por que é importante uma *Teologia Pública*?

A Teologia Pública é relevante porque ela ajuda a refletir a respeito do fenômeno religioso. Não podemos compreender este mundo sem entender alguma coisa sobre a importância da religião no cotidiano, assim como seu lugar na formação dos valores subjacentes aos indivíduos, na ética e nas identidades que, por sua vez, influenciam as decisões políticas e econômicas, culturais e sociais, como bem mostra von Sinner ao acenar para o fato de que "a fé cristã é eminentemente pública - e portanto também a teologia que sobre ela reflete".¹⁰⁴ O autor, referenciando-se em David Tracy, diz que existem vários e diferentes públicos, "a sociedade, a academia e a igreja, e foram sendo acrescentados outros públicos por outros autores, como a economia e a mídia".¹⁰⁵ Nesse sentido, poderíamos acrescentar a política partidária brasileira? Cremos que sim. Alguém poderia perguntar o porquê de delimitarmos a política partidária brasileira como mais uma categoria de análise da

¹⁰⁴ SINNER, Rudolf von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 43.

¹⁰⁵ SINNER, 2007, p. 43.

Teologia Pública.¹⁰⁶ Ao que poderíamos responder da seguinte maneira: a política brasileira é substantiva, ela é própria ao contexto e possui características bem específicas, de acordo com a história de sua constituição. Por isso, consideramos a possibilidade de tomar a política partidária brasileira como mais um e diferente público sobre o qual refletirá a teologia.

Estamos acostumados a ouvir histórias negativas que envolvem fé ou religião, elas aparecem quase diariamente nas páginas dos jornais ou nos noticiários do horário nobre. Somos informados a respeito dos conflitos violentos ao redor do mundo entre as diferentes formas de fé e credo, atos de extremismo, religião usada como força para impor categorias de ação e pensamento. Mesmo no Brasil, onde não há registros de violência religiosa com mortes, presenciamos violência simbólica e cerceamentos recíprocos.¹⁰⁷ Por todo Brasil podemos verificar tentativas de cerceamento de cultos de matriz africana por meio da proibição de sacrifício de animais, casas de religião atacadas, imagens de santos católicos quebradas,¹⁰⁸ igrejas pentecostais depredadas¹⁰⁹ e outras formas de violência simbólica.¹¹⁰

Por outro lado, é notória a tomada da religião em novos parâmetros de uso a partir da adaptação dos símbolos aos novos modos de relação com o desconhecido.¹¹¹ Para muitos que rejeitam as expressões tradicionais da fé religiosa, surge o consumismo como um "deus" sempre insatisfeito, tendo pouco ou nada a dizer sobre a forma como tratamos uns aos outros, ou o planeta terra, somente impondo o culto do "mais e mais coisas" a ser consumido. É o capitalismo como religião, segundo a definição de Benjamin.¹¹²

¹⁰⁶ Por política partidária brasileira estamos nos referindo à articulação ao nível da organização de partido que toma forma na conjuntura nacional. Não se trata de considerar uma forma específica de partido, mas de considerar a ação social dos grupos e igrejas evangélicas conversionistas dentro da ação estrutural dos partidos. Embora não seja um partido, a FPE defende noções comuns que poderiam ser aglutinadas num partido. De qualquer forma, a atuação de parlamentares está difundida entre muitos partidos, variando desde a esquerda mais radical (Partido Socialismo e Liberdade-PSOL) à extrema direita (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro-PRTB).

¹⁰⁷ Religiöse Intoleranz auf dem Vormarsch. *Deutsche Welle*, 02 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.dw.de/religi%C3%B6se-intoleranz-auf-dem-vormarsch/a-18357332>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

¹⁰⁸ BRAGON, Rayder. Mulher é detida após danificar imagem de igreja em MG. *UOL Notícias*: cotidiano, 25 de março de 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/25/mulher-e-detida-apos-danificar-imagem-de-igreja-em-mg.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹⁰⁹ CARVALHO, Marcello. 'Não temos condições de ficar', diz pastor de igreja atacada em Sumaré. *G1*, 24 de março de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/03/nao-temos-condicoes-de-ficar-diz-pastor-de-igreja-atacada-em-sumare.html>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹¹⁰ Rio de Janeiro lidera em casos de discriminação religiosa, aponta SDH. *Estadão*, 03 de março de 2015. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/03/03/discriminacao-religiosa-brasil_n_6791566.html>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹¹¹ CLAVAL, Paul. Política, espaço e cultura: as ligações entre poder e religião. *Confins*: revista franco-brasileira de geografia, ano 12, n. 12, [s.p], 2011. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7115?lang=pt>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹¹² BENJAMIN, Walter; LÖWY, Michael. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.

A relação com o transcendente se transforma em relação de consumo. A antiga libação, a oferta das primícias, o sangue derramado são compreendidos como sacrifícios ao deus mercado. Consumir se constitui na verdadeira oferta agradável ao “senhor Mamom” (Lucas 16.13). Nesse contexto, a pergunta sobre a ética e os valores pode ser tomada como infidelidade. Questões como: de que modo devemos viver? Quais os valores que são mais "direitos"? Temos uma compreensão compartilhada do "bem comum"? É nossa obrigação construir uma sociedade justa e igualitária ou devemos deixar tudo ao *laissez-faire* da lógica do mercado? Qual o papel de parlamentares dentro deste processo amplo e complexo?

Desde uma reflexão mais criteriosa, é preciso perceber o campo da fé e da crença religiosa para se criar o espaço necessário e examinar cuidadosamente as questões sociais, econômicas e políticas atuais, de uma forma holística, buscando ampliar o debate para além da interpretação estreita do mercado. A reflexão precisa ser interdisciplinar, *pública*, dada ao escrutínio de outras áreas, e compartilhadora de resultados. A teologia que se imagina *pública* precisa pensar a fé e as questões atuais na interface com todas as tradições da igreja, com pessoas de outras religiões, representantes do governo local e nacional, redes, agências e outras organizações comprometidas com o bem comum de toda a sociedade, organizar fóruns públicos para incentivar o diálogo construtivo entre representantes de pontos de vista divergentes ou conflitantes sobre questões atuais, como a eutanásia e a ortotanásia, o aborto, a direção mesma do governo, já que todos estão implicados em tais decisões, etc. E para tal tarefa, a esfera da ação parlamentar se mostra muito promissora.

Porém, antes de continuarmos a discorrer sobre a *Teologia Pública*, precisamos no deter por um momento sobre a política no Brasil.

3.2 A Política Brasileira

Quando se fala em política no Brasil, é preciso ter em mente uma complexa estrutura administrativa e historicamente construída sobre as ruínas do período colonial, com estruturas funcionando de maneira ambígua, funcionalismo público organizado por demandas que precisam atender sua função burocrática ao mesmo tempo em que são permitidas interferências hierárquicas do legislativo, mantendo assim certa mentalidade patrimonialista.¹¹³

¹¹³ WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

A organização política do Brasil se constituiu ao longo de seus dois séculos de independência fulcrado por uma diminuta noção de identidade pública e sob a batuta de interesses privados muito fortes.¹¹⁴ Diz-se que o Brasil é um estado forte demais para permitir favores e fraco demais para instituir claramente os espaços limítrofes entre o público e o privado, principalmente para aqueles que detêm o poder econômico e político.¹¹⁵ Nessa estrutura toda perpassada por práticas que não distinguem o público do privado, na qual é comum se ouvir que líderes ou parlamentares negociam informações e acesso privilegiado ao estado com grandes grupos privados, e economicamente poderosos, que dez empreiteiras tomam privadamente as grandes empresas estatais, com é o caso conhecido da Petrobrás,¹¹⁶ é muito comum no dia a dia da política brasileira. Essa tendência no Brasil de avançar levando consigo traços das práticas combatidas anteriormente é uma característica muito própria da formação política do país. Faoro faz uma exemplar descrição desse processo da seguinte maneira:

O desenvolvimento não pode ser matéria de decretos, nem é assim que uma nação aprende de outra. Uma elite não pode, pela compulsão, pela ideologia, gerar a nação. A nação que quer se modernizar sob o impulso e o controle da classe dirigente cria uma enfermidade, que a modernidade, quando aflorar, extirpa, extirpando os Modernizadores. Todos os países que sofreram modernizações [...] expulsaram, para que o desenvolvimento se irradiasse ao povo, a elite, a classe dirigente, a burocracia [...]. A modernidade emergiu com a ruptura, construindo, sobre a ruína das autocracias o desenvolvimento, capaz de se sustentar com o movimento próprio, eliminando, juntamente com os males antigos, os males modernos. Todos deixaram de ser uma dualidade, uma imobilizada oposição de direções, para revelarem sua identidade cultural, num vôo próprio, dentro do universo, libertos da tradição e da contemplação nacional.¹¹⁷

Entretanto, também é verdade que a opinião pública ao se fazer incrédula diante de tantos assaltos aos bens públicos, é também cínica diante da problemática da corrupção cotidiana, pois os casos de corrupção na política brasileira não surgem de grandes tentações

¹¹⁴ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do Patronado Político Brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: Globo S.A., 1979.

¹¹⁵ Weffort diz o seguinte sobre a cultura política do Brasil: “Os temas referentes ao povo e ao Estado formaram o pensamento brasileiro em um processo que atropela as cronologias. À parte o tema do Estado, que se esboça no século XVIII com Pombal e que se acrescenta no século XIX com a Independência brasileira, a única sequência da qual se pode legitimamente falar quanto aos temas referentes ao povo é a da dominância desse ou daquele tema nas diferentes épocas da história. Assim, o tema dos judeus foi dominante na passagem do século XV para o XVI. O dos índios, no século XVI até o XVII. O dos negros, no século XIX. O dos pobres – ou o da desigualdade – dominante, a partir das primeiras décadas do século XX. Foram temas coetâneos nas origens do país e se mantiveram ao longo de uma história de séculos na qual se acham as raízes de algumas ambiguidades fundamentais do pensamento e da cultura política”. WEFFORT, Francisco Corrêa. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006. p. 330.

¹¹⁶ Refinaria, propina e ex-diretor preso: entenda as denúncias sobre a Petrobras. *UOL*, 21 de março de 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/21/entenda-as-denuncias-envolvendo-a-petrobras.htm>>. Acesso em: 26 maio 2015.

¹¹⁷ FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994. p. 113.

no deserto, as quais sedutoras de dignos parlamentares, obviamente os episódios de corrupção possuem profundos lastros nas práticas corriqueiras da população, raízes fortes e estruturais na cultura brasileira, o que é público é tudo aquilo que não é meu, o público aparece, às vezes, não ser de ninguém.¹¹⁸

O Regime Político

O Brasil constitui-se como uma República Federativa com forma administrativa presidencialista. É formada pela União, pelos estados e pelos municípios, nos quais o exercício do poder é dado para órgãos distintos e independentes, sendo submetidos ao controle político, fiscal e legislativo, visando garantir o cumprimento das leis e da Constituição Federal.¹¹⁹

O modelo republicano foi tomado aos EUA. Seu chefe de estado é eleito por sufrágio universal, por período de quatro anos com possibilidade de uma reeleição. O Brasil é presidencialista pelo fato de que o presidente da República é o Chefe de Estado e também o Chefe do governo. A autonomia dos estados indica a característica de federação. A União é dividida em três poderes, os quais independentes e harmônicos entre si, a saber, o Poder Legislativo, responsável pela elaboração das leis; o Poder Executivo, responsável pela execução de programas ou prestação de serviço público; e o Poder Judiciário, responsável pela administração do orçamento, resolução de conflitos entre cidadãos, entidades e o estado.¹²⁰

Os Partidos

O sistema político é pluripartidário, isto é, são permitidas formações legais de vários partidos. O partido político se constitui como uma associação voluntariosa de indivíduos que compartilham de ideais similares, interesses, objetivos e doutrinas políticas com afinidades, e que buscam exercer influência sobre o poder político. Essa definição de partido fundamenta-se na noção weberiana do partido como "associação".¹²¹ Diz Weber a respeito do partido que:

¹¹⁸ LOPES, Marcos Felipe Mendes. *Corrupção: estudo sobre as formas de mensuração, seus determinantes e perspectivas sobre as formas de combate*. Curso de Pós-graduação em Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

¹¹⁹ COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *RAP - Rio de Janeiro*, 42(5), set/out.. p. 829-874, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹²⁰ BRITO, Jaime Ricardo de. Breve histórico do controle interno do Poder Executivo Federal: origem, evolução, modelo atual e visão de futuro. *Revista de Negócios*, n. 7, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.unifin.com.br/Content/arquivos/20111006173058.pdf>>. ACESSO EM: 23 maio 2015.

¹²¹ OPPO, Ana. Partidos Políticos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. v. 2. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1997. p. 898-905.

Sua reação é orientada para a aquisição do “poder” social, ou seja, para a influência sobre a ação comunitária, sem levar em conta qual possa ser o conteúdo. Em princípio, os partidos podem existir num “clube” social, bem como num “Estado”. Em contraposição às ações das classes e estamentos em que isso nem sempre é o caso, as ações comunitárias dos “partidos” sempre significam uma socialização, pois tais ações voltam-se sempre para uma meta que se procura atingir de forma planejada. A meta pode ser um a “causa” (o partido pode visar à realização de um programa de propósitos ideais ou materiais), ou a meta pode ser “pessoal” (sinecuras, poder e, daí, honras para o líder e os seguidores do partido). Habitualmente, a ação partidária visa a tudo isso, simultaneamente. Portanto, os partidos são possíveis apenas dentro de comunidades de algum modo socializadas, ou seja, que têm algum a ordem racional e um “quadro” de pessoas prontas a assegurá-la, pois os partidos visam precisamente a influenciar esse quadro, e, se possível, recrutá-lo entre os seus seguidores.¹²²

No Brasil, desde a abertura democrática em meados da década de 1980, e com a fundamentação das garantias individuais de 1988, a vida partidária passou a ter liberdade para se organizar. Imagina-se que a vida partidária seja voluntária e associativa, fundamentalmente. Os partidos que compõem o pluripartidarismo brasileiro são bem diferenciados. Há partidos com centralidade e com liberdade nas esferas locais, além de partidos programáticos e de massa.¹²³ Grande parte dos partidos na atualidade surgiu do bipartidarismo imposto pelo governo autoritário que governou o país de 1964 a 1985, agregando grupos nos movimentos populares dos anos de 1970 e nos grupos articulados ao redor dos militares.¹²⁴ Estes últimos se localizavam na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e aqueles no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que depois se transformou no atual PMDB. Além destes partidos, existem aqueles que já atuavam como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), os partidos comunistas (PCB e PCdoB), Partido Social Democrático (PSD). Da Arena foram derivados outros partidos assim como do PMDB. A Lei n. 6.767, de 20 de dezembro de 1979, promulgada pelos militares sobre os partidos políticos e que relaxava as exigências para a manutenção e criação de partidos políticos no país, ressurgindo assim o pluripartidarismo. Essa lei exigia a obrigação de que todas as agremiações políticas fizessem constar o termo partido no nome da organização.¹²⁵ Surgiu diretamente da Arena o Partido Democrático Social (PDS), com inspiração no Partido Social-Democrata (SPD) da Alemanha, que governava aquele país do lado ocidental, naquele momento histórico.¹²⁶ Porém, o PDS mudou

¹²² WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 227.

¹²³ OPPO, 1997, 900-903.

¹²⁴ SCHILLING, Voltaire. O bipartidarismo no regime militar. *Terra: História*. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2003/08/18/001.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹²⁵ PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). *História*. Disponível em: <<http://pmdb.org.br/institucional/historia/>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹²⁶ Alemanha Ocidental, país de origem da família do presidente Geisel.

o nome da sigla posteriormente para Partido Progressista Renovador (PPR), e depois para Partido Progressista Brasileiro (PPB), até que chegou à atual nomenclatura de Partido Progressista (PP), em 2003. Também adveio da Arena o PFL que mais tarde mudaria o nome da sigla para Democratas, em 2012. Pelo lado do MDB, as duas siglas mais significativas são o PT, formado em 1980, e o PSDB, formado em 1988.¹²⁷

Embora o PT tenha recebido a adesão de muitas filiações declaradas cristãs,¹²⁸ além de intelectuais ligados aos movimentos sociais de caráter eclesial, nunca se postou como um partido cristão. Essa missão, se assim podemos dizer, ficou a cargo do PSC. Atualmente, os dois partidos com maior presença de candidatos evangélicos, e pastores, são o PSC e o PR.

Os Ministérios

Toda a elaboração, formulação, e implantação, bem como o acompanhamento das políticas públicas federais são de competência dos ministérios, das secretarias especiais, das autarquias, das agências reguladoras e dos conselhos. Reserva-se ao presidente da República a competência de, por meio de lei especial, criar ou modificar a estrutura ou mesmo extinguir ministérios, secretarias e órgãos da administração pública.¹²⁹

Os ministérios estão ligados à estrutura administrativa direta da presidência da república, sendo diretamente subordinados ao líder do poder executivo federal, auxiliando nas ações do Poder Executivo. Os ministérios possuem autonomia técnica, financeira e administrativa para realizar tais ações em suas áreas de competência. A eles cumpre também o estabelecimento de estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação de recursos públicos, assim como a criação de normas, acompanhamento e avaliação de programas federais.

O primeiro ministério a ser criado no Brasil foi o da Justiça. Sua origem liga-se ainda à Secretaria de Estado de Negócios da Justiça, criada por D. Pedro I, em julho de 1822. Seus ministros são escolhidos (negociados), diretamente pelo presidente da República. Somente o Ministério de Estado da Defesa precisa ser chefiado por brasileiros natos. Para ser indicado a

¹²⁷ FABER, Marcos. *História dos partidos políticos no Brasil*. 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2015.

¹²⁸ DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

¹²⁹ Cf. BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Título IV: Da Organização dos Poderes. Capítulo II: Do Poder Executivo. Seção II: Das atribuições do Presidente da República. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/art_84_.shtm>. Acesso em: 26 mai. 2015.

ministro, o cidadão precisa ter mais de 21 anos e gozar de direitos políticos.¹³⁰ Os ministros são responsáveis pela coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na sua área de competência. Atualmente existem 39 ministérios, contando as secretarias.¹³¹

Secretarias

Para o desenvolvimento de ações estratégicas, a presidência da República pode instituir secretarias especiais como Segurança Institucional e Direitos Humanos. A Secretaria-Geral da República tem por objetivo assessorar o governo federal e o presidente da República na lida e na articulação com movimentos sociais, entidades patronais e de trabalhadores objetivando elaborar e sustentar canais de consulta e participação popular na definição de agendas prioritárias ao desenvolvimento social do País. Nesse objetivo, a Secretaria-Geral tem a seu dispor uma estrutura que é formada por outras secretarias, sendo cada uma delas responsável pela relação recíproca nas áreas de atuação.

No âmbito do governo federal, a Constituição de 1988 regra a atuação das secretarias que está relacionada ao princípio consagrado da participação social como forma de desenvolvimento do regime democrático de direito. As secretarias buscam estimular a participação compartilhando responsabilidades entre o Estado e a sociedade, construindo espaços incorporadores das pautas e dos interesses dos variados setores da sociedade na construção das políticas públicas. Os secretários possuem distinção de ministro e são escolhidos (negociados) pelo presidente da República na constituição do governo.¹³²

Conselhos

Seguindo as orientações da Constituição de 1988, o fortalecimento dos conselhos de gestão de políticas públicas é um dos efeitos do reconhecimento dos direitos sociais. É dado aos conselhos a prerrogativa para proporem diretrizes, decidir políticas voltadas ao cuidado e gestão de programas estratégicos. Os conselhos, dependendo da área e da finalidade, contam

¹³⁰ OLIVIERI, Antonio Carlos. Poder Executivo - Ministérios e Secretarias: entenda como funcionam. *UOL: Cidadania*, 07 de março de 2007. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/poder-executivo---ministerios-e-secretarias-entenda-como-funcionam.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹³¹ Saiba quem são os 39 ministros no segundo mandato de Dilma. *UOL Notícias: Política*, 01 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/01/01/saiba-quem-sao-os-39-ministros-no-segundo-mandato-de-dilma.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹³² O processo de escolha dos ministros da mais alta corte do país é negociado, eles são indicados anteriormente e passam pelo Senado, o que é uma regra constitucional, já bem encaminhados os protocolos. Em quase 122 anos de República, o Senado recusou apenas um único nome, Cândido Barata Ribeiro, em 1893. SETTI, Ricardo. A forma de escolha do ministro do Supremo pode ser melhor? *Veja*, 28 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/a-forma-de-escolha-de-ministro-do-supremo-pode-ser-melhor/>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

com a participação de representantes de diversos segmentos vinculados a uma área, além de integrantes da administração pública (ministérios e órgãos de governo). Por exemplo, o Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec) é presidido pelo secretário nacional de Defesa Civil e conta com a participação de representantes de vários ministérios e órgãos, que designados pelo Ministro da Integração Nacional.

Os conselhos constituem-se normalmente em órgãos públicos de composição paritária entre a sociedade e o governo, criados por lei, regidos por regulamento aprovado por seu plenário, tendo caráter obrigatório uma vez que os repasses de recursos ficam condicionados à sua existência, e que assumem atribuições consultivas, deliberativas e/ou de controle.¹³³

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), por exemplo, é composto de representantes de entidades dos trabalhadores e da sociedade civil, entidades empresariais e das três esferas governamentais da federação.¹³⁴

Agências Reguladoras

Foram criadas nos anos 90 com a finalidade de fiscalizar a prestação de serviços públicos praticada pela iniciativa privada. Funcionam tanto como órgãos direta ou indiretamente ligados à administração. Seu conceito pode ser referenciado da seguinte forma:

Para conceituar agência reguladora deve-se antes analisar qual a sua natureza jurídica. Primeiramente, não há dúvida de que estes entes são de Direito Público e exercem funções típicas de Estado tanto na esfera administrativa quanto nos aspectos normativo e fiscalizatório. Logo, o ordenamento jurídico brasileiro, para conferir maior independência e autonomia a estas agências, comportou estes entes como autarquias especiais, conforme definição de autarquia previsto no decreto-lei nº 200 de 1967 [...].¹³⁵

Essas autarquias são dirigidas por meio do regime colegiado, tendo a função de conselho diretor ou diretoria composta por conselheiros ou diretores, sendo um destes

¹³³ GOMES, Eduardo Granha Magalhães. *Conselhos Gestores De Políticas Públicas: Democracia, Controle Social e Instituições*. Dissertação. 110 f. (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, mantida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP), São Paulo, 2003. p. 39. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producaoAcademica/dissertacao_EduardoGranha.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2015.

¹³⁴ Para consultar os conselhos conferir BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 9.986, de 18 de julho de 2000*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9986.htm>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹³⁵ DIAS, Luciano Nendza. *O papel das agências reguladoras no Brasil*. Monografia. (Graduação) - Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharel em Direito, Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2010. p. 23. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/2701/2480>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

nomeado pelo próprio presidente da República para ocupar a direção ou presidência. Antes da nomeação, as pessoas que são indicadas precisam passar por uma sabatina para serem aprovadas pelo Senado Federal.¹³⁶

Poder Executivo

O Poder Executivo Federal busca por em prática programas de governo na realização de prestação de serviço público. Constitui-se por organismos de administração direta, como os ministérios, e indireta, como as empresas públicas e as outras autarquias. Sua atuação é vinculada ao Poder Legislativo, sendo necessária a negociação com a Câmara de Deputados Federal e com o Senado, buscando elaborar leis, sancionar ou vetar projetos de lei. Quando há urgência, o governo executivo pode adotar medidas provisórias e propor emendas para a Constituição Federal, projetos de leis complementares e ordinárias e leis delegadas.

O/a Presidente/a da República é o chefe máximo do Poder Executivo, sendo também o/a chefe de Estado e de Governo, uma vez que o Brasil tem como regime político o presidencialismo. Nesse sentido, o/a presidente/a é também o comandante e chefe das Forças Armadas e tem o dever de sustentar a integridade e a independência do Brasil, entre outras atribuições. O Vice-Presidente da República deve substituir o Presidente, no caso de impedimento ou nos casos em que o cargo se torne vago, e auxiliá-lo sempre que por ele convocado para missões especiais.

No Brasil, diz-se que a forma de presidencialismo existente é o de coalizção.¹³⁷ A origem do presidente e do parlamento (os deputados e senadores) se distingue, uma vez que a eleição para cada uma das esferas pode ser desvinculada no tempo, podem ocorrer em datas diferentes, o que não é o caso do Brasil, ou, quando a eleição é “casada”, realizada na mesma data, como é o caso no Brasil, o eleitor sempre pode optar por eleger um presidente de um partido e um representante parlamentar de outra agremiação. Isso quer dizer que o presidencialismo é diferente do parlamentarismo justamente pelas origens distintas do poder

¹³⁶ DIAS, 2010, p. 22.

¹³⁷ Essa fórmula foi apresentada pelo cientista político Sérgio Abranches pela primeira vez em 1988. Por “coalizção” deve-se entender os acordos entre os partidos que buscam, quase sempre, ocupar cargos no governo, e as alianças entre determinadas forças políticas organizadas muito mais em torno de objetivos práticos e localizados do que de ideias ou programas político-ideológicos. Em sistemas pluripartidários, nos quais existam mais do que dois partidos de projeção disputando as eleições e ocupando cadeiras no Congresso Nacional, é muito improvável que o partido do/a presidente conseguirá ter ampla maioria no Parlamento que permita governar e implementar suas políticas sem que existam negociações e trocas. ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. *Presidencialismo de Coalizção: o dilema institucional brasileiro. Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988, p. 5 a 34. Disponível em: <<https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizao-sergio-abranches.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

Executivo e do poder Legislativo. No caso do parlamentarismo, o executivo deriva da correlação de forças entre os partidos eleitos ao parlamento, sendo o presidente do partido mais votado a ocupar o cargo de primeiro ministro, enquanto no presidencialismo o executivo deriva do sufrágio universal. Essa situação coloca para o Brasil algo próprio e, ao mesmo tempo, desafiador.

É nas combinações mais frequentes entre características institucionais, e não em sua presença isolada, que a lógica e a especificidade de cada modelo emergem. É também aí que se revela a natureza do regime até agora praticado no Brasil. Não existe, nas liberais-democracias mais estáveis, um só exemplo de associação entre representação proporcional, multipartidarismo e presidencialismo. A França da V República, que já teve seu período de inclinação presidencialista, é, como se viu, um regime misto, de representação majoritária-distrital e multipartidário com fracionamento médio. O sistema dos EUA é presidencialista; bipartidário e majoritário-distrital. As democracias proporcionais são todas multipartidárias e parlamentaristas, com as duas exceções mencionadas da Suíça e da Finlândia, elas mesmas constituindo modelos com razoável grau de especificidade.¹³⁸

O mesmo acontece no Executivo Estadual e Municipal, cujos chefes máximos são respectivamente o governador do estado e o prefeito da municipalidade, os quais têm sob suas chefias secretários e auxiliares diretos. A função do executivo estadual é a de representar a unidade federativa junto ao Estado Brasileiro e aos demais estados, coordenando relações jurídicas, políticas, administrativas e defender sua autonomia, enquanto a do poder executivo municipal vincula-se a atribuições políticas e administrativas que são consolidadas em atos de governo e se expressam no planejamento das atividades, obras e serviços municipais. Seu chefe de governo, o prefeito, é escolhido entre cidadãos maiores de 18 anos que exercem um mandato de quatro anos, por meio de eleições diretas, podendo ser reeleitos uma vez.¹³⁹ É também tarefa do prefeito apresentar, sancionar, promulgar ou vetar proposições e projetos de lei apresentadas pelo legislativo municipal. Os poderes executivos, em todas as esferas, precisam elaborar a proposta orçamentária anual subsequente ao ano corrente, e, para tanto, precisa da aprovação do legislativo, sendo no âmbito federal, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado, a tarefa mais complexa, enquanto nas esferas estadual e municipal o executivo negocia apenas com uma Câmara de representação, a dos Deputados estaduais e a dos Vereadores, respectivamente.

As municipalidades possuem autonomia garantida pela Constituição Federal, sendo o mesmo para as constituições estaduais. A administração é descentralizada. Os recursos fiscais

¹³⁸ ABRANCHES, 1988, p. 19.

¹³⁹ BRASIL. Ministério Público Federal. Secretaria de Comunicação Social. *Por dentro das eleições: calendário, regras e atuação do MPF / Secretaria de Comunicação Social*. Brasília: MPF, 2014.

são recolhidos pela União e repassados às unidades federadas e às municipalidades. Os municípios são regradados por Lei Orgânica, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal de Vereadores.¹⁴⁰

Diário Oficial da União

Cumpram ressaltar ainda que todas as atividades administrativas realizadas no Brasil precisam ser registradas e publicadas no Diário Oficial da União (DOU). Isso acontece desde 1862. O DOU compreende três seções, a saber: 1) leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias; 2) atos de interesse dos servidores da Administração Pública Federal; 3) contratos, editais, avisos e ineditoriais. Esse órgão de publicidade faz parte da *Imprensa Nacional*, ligado à Casa Civil da Presidência da República, e foi criado por decreto pelo Príncipe Regente D. João, quando da chegada da família real ao Brasil em 1808. Suas edições diárias são distribuídas aos assinantes, mas podem ser acessadas no Portal da Imprensa Nacional.¹⁴¹

Poder Legislativo Federal

O Poder Legislativo Federal no Brasil (art. 44 da Constituição Federal) é composto pela Câmara dos Deputados (com representantes do povo brasileiro) e Senado (com representantes dos Estados e do Distrito Federal), e o Tribunal de Contas da União (TCU), órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional nas atividades de controle e fiscalização externa, que representam respectivamente o povo brasileiro, os Estados e o Distrito Federal. As duas Casas formam o Congresso Nacional, localizado em Brasília, onde trabalham os senadores e deputados federais.¹⁴²

O *Congresso Nacional* possui responsabilidades que compreendem a criação de leis e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das

¹⁴⁰ A Lei Orgânica do Município é definida assim: “É a lei maior do município. É através dela que os Municípios se organizam, e ela está para o município como a Constituição Federal está para a União. A Lei Orgânica é votada em dois turnos, sendo que deve existir entre eles o intervalo mínimo de dez dias. É necessário que seja aprovada por, ao menos, dois terços dos membros da Câmara Municipal e este estão promulgará. De acordo com Pedro Lenza leis orgânicas podem ser tidas como Constituições Municipais”. *JusBrasil: Lei Orgânica do Município*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/296619/lei-organica-do-municipio>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹⁴¹ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Imprensa Nacional. *Diário Oficial da União completa 152 Anos*. Disponível em: <<http://portal.in.gov.br/noticias/diario-oficial-da-uniao-152-anos-hoje>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹⁴² VI SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. Oficina: Nº 3: Organização e Funcionamento da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <<http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-1207.7837648486/Semana%20Orcamentaria%20Federal%20%20Organizacao%20e%20funcionamento%20da%20administracao%20publica%20-%20atualizada%20-%202020-08-2009.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

entidades da administração pública, tanto direta quanto indireta. No Brasil existe um sistema bicameral que prevê a discussão e apreciação pelas duas Casas de representantes do povo na criação das normas jurídicas. Isso significa que se uma matéria é iniciada na Câmara dos Deputados, será o Senado que realizará a revisão do texto, aprovando no todo ou com vetos, ou mesmo vetando por completo a proposta. Dessa forma, o mesmo acontece quando um projeto é iniciado no Senado, à exceção de matérias privativas de cada órgão. Também será assim com os projetos que forem colocados pelo Poder Executivo. Cabendo a mesma prerrogativa ao chefe do executivo.

As competências específicas da Câmara dos Deputados Federal, de acordo com o art. 51 da Constituição Federal, são: a autorização para instaurar processos contra o chefe do executivo, e contra seu Vice, bem como contra os Ministros de Estado. Exigir a prestação de contas do chefe do executivo, quando estas não forem apresentadas em prazo legal; construir e discutir o Regimento Interno; dispor a respeito da organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, além disso, debater leis sobre a fixação da respectiva remuneração dos parlamentares e do executivo, observando-se os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias,¹⁴³ e a eleição dos membros do Conselho da República. É na Câmara dos Deputados que se inicia o trâmite da maioria das proposições legislativas, sendo o órgão de representação de maior vinculação com o povo. É na Câmara dos Deputados que se centraliza a maior parte dos debates e decisões de relevância nacional. A Câmara dos Deputados discute a aprovação de leis sobre diversos temas, além de fiscalizar o uso dos recursos fiscais. A divisão das cadeiras é proporcional ao número de habitantes dos Estados e do Distrito Federal, respeitados o mínimo de oito e o máximo de 70 parlamentares por unidade da federação. O número total não pode passar de 513.

Por sua vez, o Senado representa as unidades federativas. Os Estados e o Distrito Federal elegem três senadores (independentemente do tamanho de seu território ou do número de habitantes) cada um, num total de 81, para mandatos de oito anos. Suas principais funções são: propor, debater e aprovar leis que são de interesse do país. Vê-se que no Brasil é aplicada

¹⁴³ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 13.080, de 2 de Janeiro de 2015*, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13080.htm>. Acesso: 26 mai. 2015.

a noção de sufrágio universal e representação por unidades, independente da arrecadação ou da população de cada estado.¹⁴⁴

Porque é importante delinear aqui a estrutura da administração pública no Brasil? A resposta é a seguinte: grande parte destas funções, excetuando-se os cargos dados à carreira de servidores/as concursados/as, as mesas, as comissões, as secretarias, os ministérios, bem como a presidência das duas casas do legislativo são todos ocupados por deputados e senadores, e por ministros/as que são indicados/as pelo chefe do executivo.¹⁴⁵ Isso implica numa enorme estrutura político-administrativa, repartida por meio da representação direta e indireta, e, mais especificamente, negociada em suas muitas funções estratégicas. Ao todo, na estrutura federal, são aproximadamente 80 mil pessoas em cargos de *função de confiança* e *cargos em comissão*.

Conforme o art. 37, inciso V da Constituição Federal de 1988, está disposto o seguinte sobre as funções de confiança e de comissão:

[...] as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento [...].¹⁴⁶

Nota-se que o texto constitucional supra não distingue precisamente as funções de *confiança* e de *comissão*. A diferença parece estar na ocupação do quadro funcional da Administração, referenciando que o *cargo em comissão* pode ser ocupado por qualquer pessoa para exercê-lo, o que é feito com base na confiança da autoridade nomeante para com o nomeado, reservando-se para tanto o percentual mínimo exigido por lei,¹⁴⁷ atribuindo-lhe um conjunto de responsabilidades, enquanto a *função de confiança* só pode ser ocupado por um servidor efetivo, que já pertence aos quadros da Administração. Isso quer dizer que a contratação de pessoas em cargos de comissão não modifica a estrutura organizacional da Administração Pública. O quadro infra expõe as diferenças mais nitidamente:

¹⁴⁴ BRASIL. Senado. *Estrutura Administrativa*. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/transparencia/leg/pdf/EstruturaADM.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

¹⁴⁵ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 11.415, de 15 de dezembro de 2006*, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11415.htm>. Acesso em: 16 maio 2015.

¹⁴⁶ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Artigo 37. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 maio 2015.

¹⁴⁷ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 11.415, de 15 de dezembro de 2006*, que Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11415.htm>. Acesso em: 16 mai. 2015.

<i>Função de confiança</i>	<i>Cargo em comissão</i>
Exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.	Qualquer pessoa, observado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira.
Com concurso público, já que somente pode exercê-la o servidor de cargo efetivo, MAS a função em si não prescindível de concurso público.	Sem concurso público, ressalvado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira.
Somente são conferidas atribuições e responsabilidade	É atribuído posto (lugar) num dos quadros da Administração Pública, conferida atribuições e responsabilidade àquele que irá ocupá-lo
Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento	Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
De livre nomeação e exoneração no que se refere à função e não em relação ao cargo efetivo.	De livre nomeação e exoneração

Fonte: GASPARINI, 2011.¹⁴⁸

É dentro desta atmosfera que atuam os parlamentares eleitos no Brasil. A *negociação* e o *diálogo* se tornam imperantes neste modelo de *presidencialismo de coalização*. Podemos perceber que os cargos de confiança, comissão e os ministérios e secretarias, bem como as presidências das duas casas, além disso, há a negociação para as indicações da Suprema Corte, tornam-se um grande desafio para a realização de uma administração pública eficaz e visando o bem público da maioria da população. A disputa pela manutenção no poder se coloca como um grande desafio, além dos próprios desafios da sociedade, aos administradores e fiscais do poder público. É nesse sentido que acreditamos que uma *Teologia Pública* possa ajudar a FPE a elaborar planos e metas mais coesas, optando-se por uma reflexão coerente e bem fundamentada.

3.3 Teologia Pública na Praça Pública

Voltando ao tema da *Teologia Pública*, vamos agora tentar melhorar a ideia.

Ao falarmos de *Teologia Pública* estamos dizendo algo que relativo ao aspecto público do debate teológico, o qual está vinculado ao próprio caminho escolhido pelas comunidades cristãs antigas ao se entenderem como novas assembleias chamadas para fora de

¹⁴⁸ GASPARINI, Diogenes. *Direito Administrativo*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

seu gueto inicial e desafiadas a darem a razão de sua fé às autoridades imperiais. Por público é necessário considerar a praça (*Ágora*) como lugar de debate dos interesses, um lugar em que os atenienses podiam decidir sobre temas ligados à justiça, obras públicas, leis, cultura e eventos religiosos. Essa ideia tem sua origem no termo *público* que remete à esfera da coletividade e ao exercício do poder. Existe a expectativa de certa igualdade entre os homens livres. Em contrapartida, o *privado* está relacionado à esfera do particular, principalmente à esfera dos *desiguais*, dos não livres.

O conceito do *lugar público* ateniense é importante porque ele ajuda a construir as práticas reais.¹⁴⁹ A *democracia ateniense* é tomada, assim, como um padrão que ao longo da história vai sofrendo um processo de dilatação, certa ampliação de direitos à cidade, isto é, a cidadania.¹⁵⁰ Não mais somente os homens são livres, mas também mulheres, crianças e escravos alcançam a cidadania. A *Teologia Pública* aparece, neste cenário, como uma articulação teórica que nos ajuda a dilatar a cidadania do povo evangélico no Brasil, como observa von Sinner:

Falar de teologia pública é algo que serve para uma reflexão apurada sobre o papel da religião no mundo contemporâneo, na política, na sociedade, na academia, como reflexão construtiva, crítica e autocrítica das próprias igrejas, comunicando-se com outros saberes e com o mundo real.¹⁵¹

Tomando a perspectiva desenvolvida por von Sinner, a *Teologia Pública* é concebida aqui nos seguintes termos: a reflexão crítica orientada pela fé em meio aos eventos que demandam a presença das comunidades religiosas nos ambientes de tomada de decisão, a praça pública, podendo elas exigir articulações políticas ou não; a praça (*Ágora*) seria o ambiente construído socialmente no qual existe a possibilidade de interlocutores disputarem partes do campo de sentido, considerando os elementos orgânicos para a tomada de decisões não autoritárias, unilaterais.¹⁵²

Acrescido a isso, é importante ressaltar que, assim como diz von Sinner, uma teologia pública tratará desde singularidades e particularidades como expressões temporais e, por vezes, epocais, conjuntos determinados de fatores interculturais e socioeconômicos que se

¹⁴⁹ SANTOS, Soraya Vieira. A relação entre o público e o privado: um estudo inicial no pensamento de Hannah Arendt. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 223-235, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/download/.../12421>. Acesso em: 25 mai. 2015.

¹⁵⁰ SANTOS, 2012, p. 225-227.

¹⁵¹ SINNER, Rudolf von. Teologia Pública no Brasil: um primeiro balanço. In: JACOBSEN, Eneida; SINNER, Rudolf von; ZWETSCH, Roberto. *Teologia Pública: desafios éticos e teológicos*. São Leopoldo: Sinodal, 2012. p. 23-24.

¹⁵² BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra. 1992. p. 35.

movimentam de maneira dinâmica, exigindo dos agentes da reflexão que saibam se deslocar da melhor maneira a se colocarem sempre em relação aos temas.¹⁵³

É importante notar que a proposta de uma Teologia Pública como um quadro epistemológico específico e bem organizado poderia parecer interessante, no entanto a sua sistematização induziria ao fechamento teórico e as possibilidades de abertura poderiam, da mesma forma, serem colocadas em risco de inocuidade, considerando-se a necessidade da reflexão responder às unidades temporais, e não a submissão do temporal ao quadro metodológico.¹⁵⁴ A vida de fé experimentada concretamente numa determinada ordem temporal, com todas as suas ramificações de sentido, e pautada na interpretação de que Jesus é o caminho a ser vivenciado pelas comunidades, torna-se, dessa maneira, o desafio de responder às limitações que a sociedade e suas rápidas mudanças impõem para as igrejas. Isso significa que é a própria realidade, assim como o foi no Novo Testamento e na Igreja Antiga, que faz a pergunta: qual a razão de sua fé? E essa resposta será bem elaborada se houver a preocupação com reflexão bem ajustada à prática eclesial (Tiago 1.18).

Os temas relevantes da sociedade estão abertos ao debate por parte dos grupos sociais. A *Teologia Pública* como a reflexão de uma forma de *ação social*, do tipo racional weberiano,¹⁵⁵ pode contribuir para a ampliação da presença evangélica no mundo da política brasileira. Os parlamentares desfrutam de uma posição importante e muito promissora. Cabe aproveitar as chances dadas pela Constituição Brasileira, que permite o debate sobre temas que ainda estão sendo postos na agenda da sociedade, objetivando assim a contribuição evangélica para muito além de demandas localizadas, tornando a sua influência algo que benigno. Isso só pode ser alcançado, todavia, superando algumas limitações e ampliando os aspectos isolados e levando propostas melhor debatidas com as bases identitárias.

Sobre essas chances da FPE, falaremos a seguir.

3.4 Teologia Pública e a Frente Parlamentar Evangélica e Apoio à Vida

A contribuição da *Teologia Pública* para o trabalho da FPE poderia se pautar a partir daquilo que Majewski chama de *consequências públicas* de uma teologia elaborada na oportunidade de um dizer no espaço público. O autor afirma que a teologia poderia ser pensada, e atualizada, a partir da confissão religiosa, testemunhando as convicções e

¹⁵³ SINNER, 2012, p. 28-29.

¹⁵⁴ SINNER, 2012, p. 25.

¹⁵⁵ WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Moraes, 1987. p. 43.

princípios dos grupos organizados, manifesta por meio de um discurso apologético.¹⁵⁶ Assim, a teologia:

Estará presente no espaço público, manifestando-se por meio de um discurso racional, comunicável, pretendendo ser ouvida por toda a sociedade e propondo-se a colaborar para o seu bem com valores que possam estabelecer uma base para a convivência razoável, mesmo para os cidadãos de outras confissões religiosas e ateus.¹⁵⁷

No caso da FPE, quais seriam as consequências que poderíamos tirar de suas demandas no Congresso Nacional? A resposta traz elementos ambíguos, porém promissores. Há, é bem verdade, projetos e propostas que acabam se limitando a poucos grupos de evangélicos de uma determinada tendência teológica,¹⁵⁸ mas há também possibilidades ricas resguardadas as necessárias articulações. Talvez a mais importante decorra na noção de *Bem-Estar Social* como decorrência da tradição cristã moderna de busca por liberdade religiosa e elevada ao esquema de secularização das pautas colocadas a partir da ideia de *dignidade humana*,¹⁵⁹ além disso, o *Bem-Estar Social* como tema fundamental da sociedade brasileira, não somente no Brasil, é um tema candente na construção de uma sociedade mais igualitária, todos os países em desenvolvimento na América Latina percorrem esse mesmo objetivo, ele se tornou um elemento no qual a ação da FPE pode aglutinar relevância social.

Os projetos são, desde um ponto de vista, tomados como conservadores e, de outro, progressistas, outros polêmicos, como é o Projeto de Lei 478/07 também conhecido como *Estatuto do Nascituro*.¹⁶⁰ Trata-se evidentemente de pontos de vista diferentes a respeito do aborto. Mas o fato é que uma parcela da sociedade, grupos ligados às igrejas evangélicas conversionistas, vem à praça debater suas convicções. Outro exemplo é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 99/11, também de autoria do deputado João Campos, que permite a entidades religiosas de âmbito nacional propor *Ação Direta de Inconstitucionalidade* (ADI) e

¹⁵⁶ MAJEWSKI, Rodrigo. Teologia Pentecostal e espaço público. In: JACOBSEN, Eneida; SINNER, Rudolf von; ZWETSCH, Roberto. *Teologia Pública: desafios éticos e teológicos*. São Leopoldo: Sinodal, 2012. p. 206.

¹⁵⁷ MAJEWSKI, 2012, p. 206.

¹⁵⁸ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 12.647, de 16 de maio de 2012*, que institui o Dia Nacional de Valorização da Família a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de outubro, em todo o território nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12647.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

¹⁵⁹ TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*: livro II: sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 176.

¹⁶⁰ JOÃO CAMPOS DEPUTADO FEDERAL. *Seção Projeto de Lei*. Disponível em: <<http://www.joaocampos.com.br/secao/projetodelei/>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) ao Supremo Tribunal Federal (STF).¹⁶¹ Como pano de fundo está a preocupação do Estado avançar para além do concebido como cabido à autoridade secular. Assim também a PL 8099/2014, de autoria do deputado federal Marco Feliciano, que propõe ser inserido na grade curricular, das Redes Pública e Privado de Ensino, conteúdo sobre o criacionismo.¹⁶² Não quer dizer isso o abandono das teorias científicas, mas o próprio corpo da matéria versa que assim: “§ 2º - didaticamente o ensino sobre criacionismo deverá levar ao estudante, analogamente ao evolucionismo, alternância de conhecimento de fonte diversa a fim de que o estudante avalie cognitivamente ambas as disciplinas”.¹⁶³ O objetivo é permitir que sejam formuladas propostas epistemológicas críticas de conhecimento a respeito da origem da vida, e a variedade e pluralidade de perspectivas são fundamentais para a formação cognitiva. Não está em jogo substituir a ciência pela religião, mas sim problematizar a narrativa a respeito da vida dentro dos próprios dispositivos discursivos teóricos que fundamentam, muitas vezes, a crença na ciência como metafísicas deixando-se iludir *aprendentes* em níveis de rico e produtivo processo de aprendizagem, que é a adolescência.¹⁶⁴

Nesse sentido, serão enumeradas algumas *consequências públicas* da ação refletida desde uma teologia pública como contribuição à FPE.¹⁶⁵

A vida como bem absoluto

Para a fé cristã, a vida é um bem absoluto. A tradição cristã aprendeu a valorizar o corpo e sua condição frágil, embora pletora de possibilidades incríveis diante das situações adversas. Para o cristão que sabe da sempre pronta misericórdia de Deus, a decisão de mudar de opinião e seguir novos caminhos é uma *epistemologia da fé*, isto é, o conhecimento do Senhor é o princípio de toda sabedoria. Sendo assim, a morte imposta ou mesmo auto-imposta (suicídio) não deve ser algo no horizonte do cristão verdadeiro. Um exemplo de ação

¹⁶¹ BRASIL. Câmara dos Deputados: Projetos de Leis e Outras Proposições. *PEC 99/11*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=524259>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

¹⁶² BRASIL. Câmara dos Deputados: Projetos de Leis e Outras Proposições. *PL 8099/2014*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=777616>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

¹⁶³ BRASIL, 2014.

¹⁶⁴ FERNANDES, Stanley Botti. Criacionismo x Evolucionismo: análise de discurso sobre a origem da vida nas revistas *Veja*, *Superinteressante* e *Galileu*. INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, VII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, Boa Vista 19 a 21 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2008/resumos/R13-0184-1.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

¹⁶⁵ Essa parte toma como exemplo a proposta de MAJEWISKI, 2012, p. 206-226.

parlamentar nessa direção foi a atuação do deputado federal Marco Feliciano contra a pena de morte, quando presidia a Comissão de Direitos Humanos, especificamente no caso do brasileiro Marcos Archer,¹⁶⁶ condenado à pena de morte pelo governo da Indonésia, o que permitiu que fosse a pena atrasada em, pelo menos, um ano. Feliciano argumentou que embora ele tenha errado, não merecia a pena de morte. Após a execução do brasileiro, o deputado federal pastor Marco Feliciano fez uso das redes sociais para se manifestar sobre o caso. Ele lembrou que em março de 2013, quando estava na presidência da Comissão de Direitos Humanos, foi ao consulado da Indonésia e pediu clemência por Marco Archer e outro brasileiro que está preso no país asiático. Os dois foram condenados à morte por terem feito tráfico de drogas, conforme a legislação do país. Feliciano lamentou a morte de Archer e disse que “Só Deus dá a vida. Só Deus tira a vida”.¹⁶⁷ Esse é um posicionamento parlamentar que vincula conseqüentemente os valores da fé, compartilhados por muitos setores da sociedade, com a ação política. Por isso, uma boa reflexão teológica no âmbito público e articulada aos meios da ação política podem gerar bons frutos.

Ser sal e luz do mundo: a cidadania

A vida religiosa tem sido colocada como um desafio nos atuais dias. A assim chamada pós-modernidade questiona todas as formas de discurso e prática que são fundamentadas em valores que supostamente seriam universais. Assim, a família, a igreja, a política, a cultura, entre outras coisas, já não teriam mais aquelas marcas de substantividade que tinham até algumas décadas atrás. As igrejas pentecostais e neopentecostais experimentam com muita intensidade esse fenômeno chamado pós-modernidade, que traz consigo chances e desafios. Grupos e indivíduos destas vertentes cotidianamente inauguram novas formas estatutárias de organização religiosa. Não somente estes, mas também aqueles grupos e indivíduos do protestantismo histórico envoltos nessa perspectiva conversionista se inserem em modelos celulares de organização eclesial.

Dessa forma, a pós-modernidade coloca um desafio importante às igrejas que é a ação social organizada de forma a fazer diferença no alcance da cidadania. Von Sinner

¹⁶⁶ Condenado por tráfico na Indonésia, brasileiro Marco Archer é executado. *GI*, 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/brasileiro-marco-archer-e-executado-na-indonesia-diz-tv.html>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹⁶⁷ BRASIL. Câmara de Deputados. Frente Parlamentar Evangélica. “Só Deus tira a vida”, diz Feliciano sobre morte de Marco Archer. Disponível em: <<http://www.fpebrasil.com.br/porta1/index.php/component/k2/item/319-so-deus-tira-a-vida-diz-feliciano-sobre-morte-de-marco-archer>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

argumenta que a cidadania, o direito à cidade, pode ser um dos eixos de articulação da Teologia Pública.¹⁶⁸ O autor diz assim:

[...] o conceito de cidadania deve ser mais amplo do que somente indicar os direitos – e deveres – previstos pela lei (nacional). Precisa incluir a real possibilidade de acesso a direitos e a consciência dos deveres da pessoa, bem como a atitude frente ao estado constitucional como tal, e também a constante formação e extensão da participação dos cidadãos na vida social e política de seu país. É uma maneira de superar a distinção entre “eles e “nós”, fazendo as pessoas sentirem que são parte da história. E se outras pessoas não estão fazendo sua parte, especialmente aquelas que ocupam cargos públicos, elas têm todo direito de denunciar isso e pressionar por melhorias. Aspectos da participação efetiva dos cidadãos estão, pois, se tornando centrais, assim como a cultura política pela qual essa participação é incentivada ou impedida. Afirmo que é principalmente nessa área que as igrejas podem fazer uma diferença.¹⁶⁹

A cidadania é a constituição de uma vida na cidade alicerçada em direitos e deveres, dos quais provêm acessos e serviços, mas também inclui a ação dos indivíduos como corresponsáveis pela manutenção do bom andamento das leis e normas no cotidiano. Não se trata, em primeiro lugar, da ênfase na ação política partidária, mas na política cotidiana, nas práticas de participação, e em complemento a isso, aí sim, a política de viés partidária. A cidadania como a realização de um Estado de Bem-Estar Social não se resume a tal, mas se inicia em sua busca, pois é somente na luta pelos direitos fundamentais que pode começar qualquer outra ação, como bem diz Tocqueville, depois de satisfeita uma necessidade outra se instala, e assim por diante.¹⁷⁰

Respeitar os direitos fundamentais coloca a comunidade cristã como participante dos direitos dos mais fragilizados. É certo que isso inclui muitas outras demandas para além das necessidades básicas, principalmente aquelas relacionadas às necessidades simbólicas. No entanto, ao fazer sua missão de testemunhar a fé em Jesus, as igrejas podem se colocar de forma crítica diante da sociedade, contribuindo para aquilo que considera justo e debatendo aquelas situações que elas consideram equivocadas, porém, tudo a partir da reflexão e do debate. *Ser sal e luz do mundo* implica não somente na luta pela sobrevivência básica material, mas também simbólica; e isso não significa aceitar posições que sejam invasivas, à ordem eclesial das igrejas, segundo a sua percepção teológica.

A resistência e luta contra a pobreza

¹⁶⁸ SINNER, 2007, p. 52-59.

¹⁶⁹ SINNER, 2007, p. 53.

¹⁷⁰ RODRÍGUES, Ricardo Vélez. *A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarim, 1998. p. 21.

A luta e resistência contra a situação de pobreza é muito característica das igrejas que adotam posições de *prosperidade*. Muitos autores argumentam que essa posição é uma forma de resistir à precarização da vida que marcou historicamente as classes mais simples da América Latina.¹⁷¹ As formas de atuação religiosa tendem a ser adotadas também na atuação parlamentar. Elas são historicamente pautadas no clientelismo, no conservadorismo e nas amarrações táticas de trocas de favor.¹⁷² Quando um pastor ou membro leigo é eleito para qualquer cargo legislativo ou executivo, a tendência é que essas formas sejam levadas junto, uma vez que até mesmo as eleições são pensadas neste sentido. Infelizmente, a política partidária no Brasil é tomada com muita desconfiança. Junto com o Congresso, os partidos políticos se constituem como as instituições que detêm os menores índices de confiança entre a população. De outra forma, as igrejas são as que possuem maior confiança.¹⁷³ Geralmente, líderes religiosos, evangélicos e/ou católicos, quando se dispõem a levar para a política os valores defendidos por eles no âmbito da vida religiosa igreja, há certa vantagem em relação ao político não religioso, no sentido de que estes não usam as pautas da religião, porém, são também pegos em ingenuidades. Freston diz que:

Essa defesa de valores e princípios é legítima. O problema é que os candidatos das igrejas normalmente não têm trajetória política, formação. Fixam-se em assuntos que não são obviamente políticos, como a família, e não têm preparo para lidar com os temas políticos reais, de que tratarão no Congresso.¹⁷⁴

É preciso superar a tendência à *teocracia* que é muito comum no meio evangélico. Essa perspectiva de impor a toda à sociedade um mesmo pensamento é justamente a lógica que fez com que os evangélicos se envolvessem na luta político partidária. A luta político partidária é a luta ideológica, a luta de ideias. Somente a partir da percepção de que na democracia é que as igrejas poderão entrar no debate sem riscos à vida comunitária, sendo a organização eclesial influenciada por ela e da mesma forma a democracia recebendo das igrejas reparos e ajustes.

¹⁷¹ MARIZ, Cecília Loreto. Pentecostalismo e a luta contra a pobreza. In: GUTIERREZ, Benjamín F; CAMPOS, Leonildo Silveira (Orgs.). *Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Associação Literária Pendão Real, 1996. p. 169-170.

¹⁷² MARIZ, 1996, p. 173.

¹⁷³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *À prova de confiança: Índice de Confiança Social*, novo produto do IBOPE Inteligência, mede credibilidade das instituições brasileiras. Disponível em: <<http://www.ibope.com/pt-br/Paginas/home.aspx>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

¹⁷⁴ TAVARES, Flávia; MALI, Tiago. O jeito evangélico de pedir votos e fazer política. *Época*: eleições, 21 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/09/o-jeito-bevangelicob-de-pedir-votos-e-fazer-politica.html>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

Não fosse a ação de auto-organização das igrejas evangélicas com maior presença dos pobres, talvez a situação tivesse sido mais difícil. O Estado poucas vezes interviu para o bem-estar dessas camadas.¹⁷⁵ A história do Brasil é a própria história da aventura das elites e sua forma característica de viver de costas para o interior e de frente à Europa.¹⁷⁶

A ação da FPE se dá em meio a uma forma de governo muito complexa (presidencialismo de coalizão) e que para sua consequente articulação, uma teologia pública poderia ser uma forma de auxílio muito consequente. É paradoxal a relação entre a confiança nos partidos e nas igrejas. O desafio dos parlamentares evangélicos é fazer a união entre coisas díspares.

¹⁷⁵ CHESNUT, p. 150-153.

¹⁷⁶ FILHO, Enno D. Liedke. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14 p. 376-437, jul/dez. 2005.

CONCLUSÃO

A FPE é constituída por parlamentares de diferentes igrejas e de diferentes partidos. Eles estão reunidos em torno de temas próprios, quase sempre relativos a propostas de caráter moral. Existem também demandas provenientes de interesses bem pontuais que se ligam às igrejas. Os temas muitas vezes não ficam apenas nas fileiras evangélicas, mas ultrapassam seus próprios interesses partidários e se ligam a demandas mais abrangentes como é o caso da posição adotada contra o projeto que criminaliza a homofobia, na qual são reunidas as posições de grupos e pessoas que não são evangélicas. Outro fator interessante é sua força política de mobilização a partir da participação das igrejas que os apoiam, o crescente envolvimento de fiéis nas manifestações se mostra perspicaz, além das mobilizações nas redes sociais.

As Marchas para Jesus, bem como marchas específicas contra projetos que são considerados nocivos para a sociedade, como o PLC 122/2006 e a aprovação da união civil homossexual pelo judiciário, mostram que tais articulações têm algum tipo de efeito dentro do Congresso Nacional. Muitos consideram a razão de articulação da FPE uma característica conservadora que coincide com o Congresso Nacional, tomado como um todo, e de partes da sociedade que o elege, sendo esse processo o reflexo do conservadorismo levado para a política. Divergimos desta posição, uma vez que a participação política ocorre porque o direito é para todos e a disputa faz parte do embate de ideias. Dizer que a FPE atua contra o Estado laico é dizer que há uma maneira única de conceber o Estado como laico. A FPE tem o direito de atuar e de lutar por ideias que acreditem serem corretas. Negar o direito da FPE de agir e negociar politicamente posições ideológicas é contra os processos democráticos. O direito é a ponta e o epifenômeno da luta social, mas o debate e a disputa são seu núcleo gerador.

Nesse sentido, a Teologia Pública poderia nos auxiliar na concatenação de algumas *consequências públicas* de atuação da FPE. A reflexão consequente a respeito dos projetos de lei e das demandas que surgem do mundo evangélico conversionista precisam ser colocadas sob o crivo da noção de bem público e bem-estar social. A bem-aventurança como uma situação de bem-estar neste mundo pode ser alcançada a partir de projetos que visem um maior número de pessoas. Temas candentes relativos a minorias sociais podem ser discutidos e devem ser analisados de forma crítica. A importância da FPE reside em sua vinculação orgânica com suas bases eleitorais, bem como na possibilidade de construção conceitual aberta pelas demandas que, muitas vezes, não recebem a atenção correta por parte das

lideranças envolvidas na discussão. A Teologia Pública é, nesse sentido, um conhecimento sempre em construção que poderia permitir a análise dos lados envolvidos e construir parâmetros interculturais e inter-religiosos, bem como melhores níveis de consideração ecumênica.

A Teologia Pública serve à discussão sobre o direito à cidade. Estar na cidade é na modernidade uma condição quase imposta pelas próprias necessidades da indústria capitalista. O Brasil presenciou esse fenômeno na segunda metade do século XX de forma intensa. As igrejas conversionistas de viés pentecostal e neopentecostal conseguiram se adaptar aos novos tempos e conseguiram também buscar a proteção da ação parlamentar, sempre sob o medo da perseguição e da exclusão. Resultado disso foi a organização da FPE em 2003, isto é, desde 1986 até 2003 e chegando ao presente, a organização política evangélica é ainda muito jovem. Por isso, iniciar o debate e a análise crítica da atuação dos parlamentares evangélicos é de muita ajuda para o processo de crítica e autocrítica. A FPE é o resultado de fenômeno novo e cada vez mais característico no país, isto é, a organização dos interesses políticos de uma determinada forma de religião cristã na praça de debates, na esfera pública.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988, p. 5 a 34. Disponível em: <<https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizacao-sergio-abranches.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.
- ALESSI, Gil. Número de pastores candidatos cresce 40% nestas eleições. *UOL*, São Paulo, 29 de julho de 2014. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/29/eleicoes-terao-270-pastores-21-bispos-e-16-padres.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2015.
- AS ELEIÇÕES e a cruzada moral de católicos e evangélicos. Entrevista especial com Ricardo Mariano a *IHU*, Instituto Humanitas, Unisinos, São Leopoldo, 28 out. 2010. Disponível em: <<http://evangelicoseleicoes2010.blogspot.com/2010/10/as-eleicoes-e-cruzada-moral-de.html>>. Acesso em: 23 jul. 2011.
- AZEVEDO, Reinaldo. Pastor Silas Malafaia responde a Fernando Haddad e ao movimento para censurar os evangélicos. *Veja*, 12 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/pastor-silas-malafaia-responde-a-fernando-haddad-e-ao-movimento-para-censurar-os-evangelicos/>>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- BALZA, Guilherme. Deputado federal diz no Twitter que "africanos descendem de ancestral amaldiçoado". *UOL Notícias*, São Paulo, 31 de março de 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldiçoado.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2015.
- Bancada evangélica impede votação da Lei da Palmada em comissão da Câmara. *Portal IG*, 09 de julho de 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-07-09/bancada-evangelica-impede-votacao-da-lei-da-palmada-em-comissao-da-camara.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- Bancada Evangélica no Congresso encolhe, aponta Diap. *Folha online*, 11 nov. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u85068.shtml>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- BARROCAL, André. Eduardo Cunha chegou lá, 10 de fevereiro de 2015. *Carta Capital: Revista Digital*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/835/empresario-da-politica-6226.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- BARSETTI, Silvio. Marina pagará pela soberba!, diz o pastor Silas Malafaia. *Estadão*, 05 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,marina-pagara-pela-soberba-diz-o-pastor-silas-malafaia,1571502>>. Acesso em: 15 mai. 2015.
- BEISE, Ana Paula. Os pentecostais e as campanhas de Lula à presidência da República entre 1989 e 2006. IX SALÃO DE INICIAÇÃO Científica PUCRS, 2008. Disponível em: <http://www.pucrs.br/research/salao/2008-IXSalaoIC/index_files/main_files/trabalhos_sic/humanas/sociologia/61986.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2015.
- BENJAMIN, Walter; LÖWY, Michael. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra. 1992. p. 35.
- BOBSIN, Oneide. O subterrâneo religioso da vida eclesial. Intuições a partir das ciências da religião. *Estudos Teológicos*, s, v. 37, n. 3, p. 261-280, 1997. Disponível em:

<http://ism.edu.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/801/732>.

Acesso em: 27 abr. 2015.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. *Representação Partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira*. Dissertação. 192 f. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/...06122007.../TESE_TIAGO_D_P_BORGES.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BRAGA, Isabel; ÉBOLI, Evandro. Feliciano recua e não dividirá a vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara com Jean Wyllys. *O Globo*, 11 de março de 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/feliciano-recua-nao-dividira-vice-presidencia-da-comissao-de-direitos-humanos-da-camara-com-jean-wyllys-15566640>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

BRAGON, Rayder. Mulher é detida após danificar imagem de igreja em MG. *UOL Notícias: cotidiano*, 25 de março de 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/25/mulher-e-detida-apos-danificar-imagem-de-igreja-em-mg.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

BRASIL. Câmara de Deputados. Frente Parlamentar Evangélica. “Só Deus tira a vida”, diz Feliciano sobre morte de Marco Archer. Disponível em: <<http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/component/k2/item/319-so-deus-tira-a-vida-diz-feliciano-sobre-morte-de-marco-archer>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lideranças e bancadas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projetos de Leis e Outras Proposições. PEC 99/2011: Proposta de Emenda à Constituição. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=524259>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados: Frente Parlamentar Evangélica. Frente Parlamentar Evangélica celebra Santa Ceia no Congresso Nacional, 13 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/component/k2/item/329-frente-parlamentar-evangelica-celebra-santa-ceia-no-congresso-nacional>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados: Projetos de Leis e Outras Proposições. PEC 99/11. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=524259>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados: Projetos de Leis e Outras Proposições. PL 8099/2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=777616>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/situacao-eleitoral/titulo-e-local-de-votacao>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

BRASIL. Ministério Público Federal. Secretaria de Comunicação Social. Por dentro das eleições: calendário, regras e atuação do MPF / Secretaria de Comunicação Social. Brasília: MPF, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Lei n. 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.504-1997?OpenDocument>. Acesso em: 14 mai. 2015.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Título IV: Da Organização dos Poderes. Capítulo II: Do Poder Executivo. Seção II: Das atribuições do Presidente da República. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/art_84_.shtm>. Acesso em: 26 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Lei n. 9.986, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9986.htm>. Acesso em: 26 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Imprensa Nacional. Diário Oficial da União completa 152 Anos. Disponível em: <<http://portal.in.gov.br/noticias/diario-oficial-da-uniao-152-anos-hoje>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Lei n. 13.080, de 2 de Janeiro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13080.htm>. Acesso: 26 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Lei n. 11.415, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11415.htm>. Acesso em: 16 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigo 37. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Lei n. 11.415, de 15 de dezembro de 2006, que Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11415.htm>. Acesso em: 16 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Lei n. 12.647, de 16 de maio de 2012, que institui o Dia Nacional de Valorização da Família a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de outubro, em todo o território nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12647.htm>. Acesso em: 25 mai. 2015.

BRASIL. Senado. Estrutura Administrativa. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/transparencia/leg/pdf/EstruturaADM.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

Brasil: 198 Homossexuais Mortos em atos *homofóbicos* em 2009. Diário Liberdade: portal anticapitalista da Galiza e os países lusófonos, 07 mar. 2010. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=821:brasi>

l-198-homossexuais-mortos-em-atos-homofobicos-em-2009&catid=57:mulher-e-lgbt&Itemid=70>. Acesso em: 29 jul. 2011.

BRESCIANI, Eduardo; DOMINGOS, João; CARDOSO, Daiene. Câmara dos Deputados livra Natan Donadon de cassação. *Estadão*, 23 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,camara-dos-deputados-livra-natan-donadon-de-cassacao,1068907>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

BRITO, Jaime Ricardo de. Breve histórico do controle interno do Poder Executivo Federal: origem, evolução, modelo atual e visão de futuro. *Revista de Negócios*, n. 7, mar., 2009. Disponível em: <<http://www.unifin.com.br/Content/arquivos/20111006173058.pdf>>. ACESSO EM: 23 mai. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/394.asp>. Acesso em: 23 abr. 2015.

CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 100-115, set./nov., 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/67/08-campos.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

CARVALHO, Daniel. Cunha quer criar o Dia do Orgulho Hétero. *Estado de São Paulo*, 12 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-quer-criar-dia-do-orgulho-hetero,1633661>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

CARVALHO, Marcello. 'Não temos condições de ficar', diz pastor de igreja atacada em Sumaré. *GI*, 24 de março de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/03/nao-temos-condicoes-de-ficar-diz-pastor-de-igreja-atacada-em-sumare.html>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

CASTRO, Juliana; DUARTE, Alessandra. CENSO: Igreja Universal perde adeptos, e Poder de Deus ganha. *O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/censo-igreja-universal-perde-adeptos-poder-de-deus-ganha-5345868#ixzz3YXvrSil3>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

CHESNUT, R. Andrew. *Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

CLAVAL, Paul. Política, espaço e cultura: as ligações entre poder e religião. *Confins: revista franco-brasileira de geografia*, ano 12, n. 12, [s.p], 2011. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7115?lang=pt>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

Condenado por tráfico na Indonésia, brasileiro Marco Archer é executado. *GI*, 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/brasileiro-marco-archer-e-executado-na-indonesia-diz-tv.html>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

CORADINI, Odaci Luiz. Frentes Parlamentares, representação de Interesses e alinhamentos políticos. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 241-256, jun. 2010.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *RAP - Rio de Janeiro*, 42(5), set/out., p. 829-874, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

CUNHA, Magali do Nascimento. “Cunha e sua bancada fomentam a homofobia”, diz professora especializada nos evangélicos. Entrevista ao Site *Geledés*. Disponível em:

<<http://www.geledes.org.br/cunha-e-sua-bancada-fomentam-a-homofobia-diz-professora-especializada-nos-evangelicos/#axzz3ZBoXdx8X>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

DIAS, Luciano Nendza. *O papel das agências reguladoras no Brasil*. Monografia. (Graduação) - Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharel em Direito, Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2010. p. 23. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/2701/2480>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

DREHER, Martin N. *História do povo de Jesus: uma leitura Latino-Americana*. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

Edir Macedo revela plano político em livro. *Gazeta do Povo*, 21 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/edir-macedo-revela-plano-politico-em-livro-b6szo3aa5rx7he0tu47glmjwu>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

ELEICOES2014.COM.BR. Resultados para Presidente do Brasil (2º turno). Disponível em: <<http://www.eleicoes2014.com.br/candidatos-presidente/>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

Evangélicos marcam ato contra lei anti-homofobia. *Portal Padom*. Disponível em: <<http://padom.com.br/evangelicos-marcam-ato-contra-lei-anti-homofobia/>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

FABER, Marcos. *História dos partidos políticos no Brasil*. 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2015.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Os donos do poder: formação do Patronado Político Brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: Globo S.A., 1979.

FERNANDES, Marcella. Após substituir Eduardo Campos na disputa à Presidência, Marina Silva lidera corrida eleitoral em Pernambuco. *Brasil Post*, 27 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2014/08/27/marina-ibope-estados_n_5722580.html>. Acesso em: 14 mai. 2015.

FERNANDES, Stanley Botti. Criacionismo x Evolucionismo: análise de discurso sobre a origem da vida nas revistas Veja, Superinteressante e Galileu. INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, VII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, Boa Vista 19 a 21 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2008/resumos/R13-0184-1.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

FILHO, Enno D. Liedke. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14, jul/dez., p. 376-437, 2005.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994.

GALLUCCI, Mariângela. Gurgel pede que STF abra ação penal contra Feliciano por discriminação. *Estadão*: política, 09 de março de 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,gurgel-pede-que-stf-abra-acao-penal-contra-feliciano-por-discriminacao,1018994>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

GARCIA, Gilberto. *O Novo Código Civil e as Igrejas*. São Paulo: Vida, 2003.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GAZIR, Augusto. Escolas do Rio vão ensinar criacionismo, 13 de maio de 2004. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u11748.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

GERALD, Marcelo. Composição da Bancada Evangélica de 2015 a 2019. *Eleições Hoje*. Disponível em: <<http://www.eleicoeshoje.com.br/composicao-da-bancada-evangelica-de-2015-2019/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

GERTZ, René E. Os luteranos no Brasil. *Revista de História Regional*, 6(2): 9-33, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2129/1610>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

GIORGI, Maju. Pelo direito de ser. Entrevista concedida a DIÓGENES, Juliana em 22 de novembro de 2014. *Estadão*. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,pelo-direito-de-ser,1596345>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. *Conselhos Gestores De Políticas Públicas: Democracia, Controle Social e Instituições*. Dissertação. 110 f. (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, mantida pela Fundação Getulio Vargas (FGV/EAESP), São Paulo, 2003. p. 39. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producaoAcademica/dissertacao_EduardoGranha.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2015.

GONZATTO, Marcelo. Bancada evangélica ganha força inédita no Congresso: ala religiosa elegeu 78 parlamentares, tem a presidência da Câmara e segue em busca de mais espaço. *Zero Hora*, 23 fev. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/bancada-evangelica-ganha-forca-inedita-no-congresso-4704350.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

GONZATTO, Marcelo. Veja quem são os líderes da nova bancada evangélica: Ala religiosa no Congresso reúne pelo menos 78 deputados e senadores. *Zero Hora*, 23 fev. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/veja-quem-sao-os-lideres-da-nova-bancada-evangelica-4704358.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

_____. Saiba como a bancada evangélica pode mudar a sua vida. *Zero Hora*, 23 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/saiba-como-a-bancada-evangelica-pode-mudar-a-sua-vida-4704370.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

HAGIN, Kenneth E. *A autoridade do crente*. São Paulo: Graça Editorial, [19--].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). À prova de confiança: Índice de Confiança Social, novo produto do IBOPE Inteligência, mede credibilidade das instituições brasileiras. Disponível em: <<http://www.ibope.com/pt-br/Paginas/home.aspx>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2002. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

JACOB, Cesar Romero. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

JARDIM, Lauro. PT X Evangélicos: 2 milhões de acesso à internet. *Veja*, 21 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/eleicoes-2010/pt-x-evangelicos-2-milhoes-de-acessos-na-internet/>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

JOÃO CAMPOS DEPUTADO FEDERAL. Seção Projeto de Lei. Disponível em: <<http://www.joaocampos.com.br/secao/projetodelei/>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

JORDÃO, Rogério. Deus, Propriedade e Liberdade: a ideologia do neoconservadorismo brasileiro. In: *Blog do Rogério Jordão*. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/blogs/rogerio-jordao/deus-propriedade-e-liberdade-a-ideologia-do-132023920.html>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

JUSBRASIL: Lei Orgânica do Município. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/296619/lei-organica-do-municipio>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

Justiça condena Levy Fidelix por declarações sobre homossexuais, 16 de março de 2015. São Paulo. *G1*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/justica-condena-levy-fidelix-por-declaracoes-sobre-homossexuais.html>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

LOPES, Leiliane Roberta. Bancada evangélica se articulou para impedir cassação de Natan Donadon. *Gospel Prime*. Disponível em: <<http://noticias.gospelprime.com.br/bancada-evangelica-cassacao-natan-donadon/>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

LOPES, Marcos Felipe Mendes. *Corrupção: estudo sobre as formas de mensuração, seus determinantes e perspectivas sobre as formas de combate*. Curso de Pós-graduação em Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

LOPES, Paulo. Maioria dos deputados evangélicos responde a processos judiciais, 3 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.paulopes.com.br/2012/04/maioria-dos-deputados-evangelicos.html#.VUenjiFVhBc>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

LYRA, Mariana Galvão. O papel dos stakeholders na sustentabilidade da empresa: contribuições para construção de um modelo de análise. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v.13, n. spe, June, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552009000500004>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

MACEDO, Emiliano Unzer. *Pentecostalismo e Religiosidade Brasileira*. Tese. 262 f. (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_EMILIANO_UNZER_MACEDO.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2015.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangelicals and Politics in Brazil: the case of Rio de Janeiro. *Religion, State & Society*, v. 40, n. 1, mar., 2012.

MAISONNAVE, Fabiano. Atuação de evangélicos na Câmara é restrita e dispersa. *Folha de São Paulo*, 26 de abril de 2013. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1284979-articulacao-da-bancada-evangelica-na-camara-e-praticamente-nula.shtml>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

MAJEWSKI, Rodrigo. Teologia Pentecostal e espaço público. In: JACOBSEN, Eneida; SINNER, Rudolf von; ZWETSCH, Roberto. *Teologia Pública: desafios éticos e teológicos*. São Leopoldo: Sinodal, 2012. p. 206.

MARÉS, Chico. Bancada evangélica seria 3.º partido da Câmara, 21 de abril de 2013. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/bancada-evangelica-seria-3-partido-da-camara-e3vwr7to2ezxol996se0xliry>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

MARÉS, Chico. Bancada evangélica seria 3.º partido da Câmara. *Gazeta do Povo*, 21 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/bancada-evangelica-seria-3-partido-da-camara-e3vwr7to2ezxol996se0xliry>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

MARIANO, Ricardo. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. *Revista Civitas*, v. 6, n. 2, Porto Alegre, jul-dez., p. 77-99, 2006.

_____. Em marcha, a transformação da demografia religiosa do país. *Folha de São Paulo*. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/51846-em-marcha-a-transformacao-da-demografia-religiosa-do-pais.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, sept./dec., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000300010&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 maio 2015.

_____. Religião e política nas eleições presidenciais de 2010. XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: 26 a 29 de Julho de 2011, Curitiba (PR). GT 19: Religião e Modernidade. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/30_6_2011_19_2_29.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2011.

Marina Silva deixa o PV após dois anos no partido: Ex-senadora entrou na legenda já com a garantia de disputar a Presidência. *R7 Notícias*, 07 de julho de 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/marina-silva-deixa-o-pv-apos-dois-anos-no-partido-20110707.html>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

MARIZ, Cecília Loreto. Pentecostalismo e a luta contra a pobreza. In: GUTIERREZ, Benjamín F; CAMPOS, Leonildo Silveira (Orgs.). *Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Associação Literária Pendão Real, 1996.

MELO, Itamar. Projeto que criminaliza a homofobia aguarda votação no Congresso há oito anos. *Zero Hora: legislação*, 12 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/09/projeto-que-criminaliza-a-homofobia-aguarda-votacao-no-congresso-ha-oito-anos-4596691.html>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; FILHO, Prócoro Velasques. *Introdução ao Protestantismo*. São Paulo: Loyola, 1990.

NÉRI, Felipe. Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos. *G1: Portal Globo.com*, 07 de março de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

NERI, Felipe. Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos. *GI: Política*, 07 de março de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

NERI, Marcelo Cortês. *Novo Mapa das Religiões*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos, aponta IBGE. *GI*. 29 de junho de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/numero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

OLIVEIRA, Juarez (Org.). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1988.

OLIVIERI, Antonio Carlos. Poder Executivo - Ministérios e Secretarias: entenda como funcionam. *UOL: Cidadania*, 07 de março de 2007. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/poder-executivo---ministerios-e-secretarias-entenda-como-funcionam.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

OPPO, Ana. Partidos Políticos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. v. 2. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1997.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). História. Disponível em: <<http://pmdb.org.br/institucional/historia/>>. Acesso em: 26 maio 2015.

PELLEGRINI, Marcelo. O SUS na mira de Eduardo Cunha. *Carta Capital*, 21 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-sus-na-mira-de-eduardo-cunha-7587.html>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

Percentual da bancada evangélica na Câmara. *O Globo*. Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/o-eleit-os-por-estado.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIERUCCI, Flávio Antônio; MARIANO, Ricardo. O Envolvimento dos Pentecostais na eleição de Collor. In: PIERUCCI, Flávio Antônio; PRANDI, Reinaldo (Orgs.). *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

RECONDO, Felipe. PEC permite que igrejas contestem leis no STF, 27 de março de 2013. *Estadão*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pec-permite-que-igrejas-contestem-leis-no-stf,1014045>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

Rede de Escândalos: Caso Collor. *Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/perfil/fernando-collor-de-mello.shtml?scrollto=conteudo-rede>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

Rede de escândalos: Garotinho e a turma do chuvisco. *Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/perfil/eduardo-cunha.shtml?scrollto=conteudo-rede>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

Refinaria, propina e ex-diretor preso: entenda as denúncias sobre a Petrobras. *UOL*, 21 de março de 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/21/entenda-as-denuncias-envolvendo-a-petrobras.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

REIS PEREIRA, J. *Breve História dos Batistas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1979.

Religião e política. A instrumentalização recíproca. Entrevista especial com Ricardo Mariano. *IHU*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515175-religiao-e-politica-a-instrumentalizacao-reciproca-entrevista-especial-com-ricardo-mariano>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

Religiöse Intoleranz auf dem Vormarsch. Deutsche Welle, 02 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.dw.de/religi%C3%B6se-intoleranz-auf-dem-vormarsch/a-18357332>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

RIBEIRO, Ezilene Nogueira. *Eurico Alfredo Nelson (1862-1939) e a inserção dos Batistas em Belém do Pará*. Dissertação. 105 f. (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Humanidades e Direito, São Bernardo do Campo, 2011.

Rio de Janeiro lidera em casos de discriminação religiosa, aponta SDH. *Estadão*, 03 de março de 2015. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/03/03/discriminacao-religiosa-brasil_n_6791566.html>. Acesso em: 26 mai. 2015.

RODRÍGUES, Ricardo Vélez. *A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarim, 1998.

SÁ, Xico. FHC recebe apoio de 300 mil evangélicos. *Folha de São Paulo*, segunda, 29 de setembro de 1997. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:q_p5dQ6JpCsJ:www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc290907.htm+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 25 abr. 2015.

Saiba quem são os 39 ministros no segundo mandato de Dilma. *UOL Notícias: Política*, 01 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/01/01/saiba-quem-sao-os-39-ministros-no-segundo-mandato-de-dilma.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

SANDER Letícia; BRAGON, Ranier. 58% da propina foi para evangélicos, diz CPI dos Sanguessugas. *Folha de São Paulo*, 10 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81306.shtml>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

SANTOS, Soraya Vieira. A relação entre o público e o privado: um estudo inicial no pensamento de Hannah Arendt. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 223-235, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/download/.../12421>. Acesso em: 25 mai. 2015.

SCHILLING, Voltaire. O bipartidarismo no regime militar. *Terra: História*. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2003/08/18/001.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

SETTI, Ricardo. A forma de escolha do ministro do Supremo pode ser melhor? *Veja*, 28 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/a-forma-de-escolha-de-ministro-do-supremo-pode-ser-melhor/>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

SEVERO, Felipe. Um estado laico com Bancada Evangélica. *Revista o Viés*, 12 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/12/um-estado-laico-com-bancada-evangelica/>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

SILVA, Gustavo Tadeu Reis. *Impactos das Frentes Parlamentares na Dinâmica do Congresso Nacional durante a Presidência do Partido dos Trabalhadores (52º a 54º Legislatura)*. Dissertação. 107 f. (Mestrado) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as

Américas (CEPPAC), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

SINNER, Rudolf von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007. .

_____. *Teologia Pública no Brasil: um primeiro balanço*. In: JACOBSEN, Eneida; SINNER, Rudolf von; ZWETSCH, Roberto. *Teologia Pública: desafios éticos e teológicos*. São Leopoldo: Sinodal, 2012. p. 13-38.

SOUZA, Júlio Cesar Pereira de. *Voto: uma oferta de fé: o poder simbólico dos líderes religiosos e o comportamento eleitoral dos membros da igreja evangélica*. Dissertação. 192 f. (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2011. p. 57. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4462>. Acesso em: 24 abr. 2015.

TAVARES, Flávia; MALI, Tiago. O jeito evangélico de pedir votos e fazer política. *Época: eleições*, 21 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/09/o-jeito-bevangelicob-de-pedir-votos-e-fazer-politica.html>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: livro II: sentimentos e opiniões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: força política no estado laico brasileiro. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora*, v. 16, n. 1, p. 581-609, 2013. Disponível em: <<http://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/view/2090/1927>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

TRUFFI, Renan. Bancada da bala pode ajudar a reduzir maioria. *Carta Capital*, 20 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/bancada-da-bala-pode-ajudar-aecio-a-aprovar-reducao-da-maioridade-penal-822.html>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

VI SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. Oficina: N° 3: Organização e Funcionamento da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <<http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-1207.7837648486/Semana%20Orcamentaria%20Federal%20%20Organizacao%20e%20funcionamento%20da%20administracao%20publica%20-%20atualizada%20-%202008-2009.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

Voto evangélico sob a lupa de pesquisadores. *Instituto Humanitas*, 27 nov. 2006. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=1240>. Acesso em: 27 jul. 2011.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

_____. *O populismo na política brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WILKERSON, David. A Crise Mundial - Uma Palavra de Deus. In: YOUTUBE.COM. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zXRAIrOnim0>>. Acesso em: 14 mai. 2015.